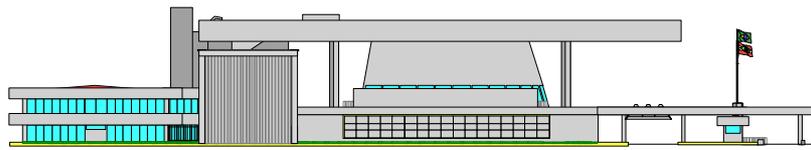


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVIII

FLORIANÓPOLIS, 02 DE JUNHO DE 1999

NÚMERO 4.631

14ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Gilmar Knaesel
PRESIDENTE

Heitor Sché
1º VICE-PRESIDENTE

Pedro Uczai
2º VICE-PRESIDENTE

Lício Silveira
1º SECRETÁRIO

Romildo Titon
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Paulo Bornhausen

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Ivan Ranzolin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Herneus de Nadal

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Francisco de Assis

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Jaime Mantelli

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Sandro Tarzan

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Jaime Duarte

COMISSÕES PERMANENTES

**CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO DE LEIS**
Onofre Santo Agostini – Presidente
Reno Caramori – Vice-Presidente
Jaime Mantelli
Nilson Gonçalves
Jorginho Mello
Herneus de Nadal
Rogério Mendonça
Ivan Ranzolin
Neodi Saretta
Reunião Ordinária:
Terça-Feira, às 10 horas

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
João Rosa – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Sandro Tarzan
Wilson Wan-Dall
Paulo Bornhausen
Ronaldo Benedet
Joares Ponticelli
Valmir Comin
Francisco de Assis Nunes
Reunião Ordinária:
Terça-Feira, às 10 horas

**AGRICULTURA, COOPERATIVISMO,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA**
Gelson Sorgato – Presidente
Neodi Saretta – Vice-Presidente
Jaime Mantelli
Onofre Agostini
Moacir Sopelsa
Nelson Goetten de Lima
Milton Sander
Reunião Ordinária:
Terça-Feira, às 08h30 min

**DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO
CONSUMIDOR**
Ronaldo Benedet – Presidente
Nilson Gonçalves – Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
João Rosa
Narciso Parisotto
Odete do Nascimento
Volnei Morastoni
Reunião Ordinária:
Terça-Feira, após a Sessão Plenária

**TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E RURAL E TURISMO**
Ciro Rosa – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Altair Guidi
Jaime Duarte
Moacir Sopelsa
Valmir Comin
Francisco de Assis Nunes
Reunião Ordinária:
Terça-feira, após a Sessão Plenária

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Joares Ponticelli – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Paulo Bornhausen
Cesar Souza
Jaime Duarte
Manoel Mota
Milton Sander
Reunião Ordinária:
Quarta-feira, após a Sessão Plenária

SAÚDE E MEIO AMBIENTE
Volnei Morastoni – Presidente
Sandro Tarzan – Vice-Presidente
Clésio Salvaro
Ivo Konell
Ronaldo Benedet
Odete do Nascimento
Joarez Ponticelli
Reunião Ordinária:
Quarta-feira, às 10 horas

**TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE
SERVIÇO PÚBLICO**
Reno Caramori – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Clésio Salvaro
Rogério Mendonça
Luiz Roberto Herbst
Wilson Wan-Dall
Nelson Goetten de Lima
Reunião Ordinária:
Quarta-feira, às 08h30min

**FISCALIZAÇÃO, CONTROLE
E EFICÁCIA LEGISLATIVA**
Jaime Mantelli – Presidente
Valmir Comin – Vice-Presidente
Clésio Salvaro
Narciso Parisotto
Gelson Sorgato
Altair Guidi
Ideli Salvatti
Reunião Ordinária:
Segunda-feira, às 14 horas

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Denise Videira Silva

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VIII - **NÚMERO 1025**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 047ª Sessão Ordinária
realizada em 19/05/1999..... 2
Ata da 048ª Sessão Ordinária
realizada em 20/05/1999..... 13

Atos da Mesa Diretora

Resoluções 20

Publicações Diversas

Atas das Comissões
Permanentes 21
Portarias 27
Projetos de Lei 27
Projeto de Resolução 28

PLENÁRIO

ATA DA 047ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 19 DE MAIO DE 1999

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO HEITOR SCHÉ

As quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Altair Guidi - Cesar Souza - Ciro Roza - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Duarte - Jaime Mantelli - João Rosa - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Luiz Herbst - Manoel Mota - Milton Sander - Moacir Sopelsa - Nelson Goetten - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Odete do Nascimento - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Secretário "ad hoc", Deputado Joares Ponticelli, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Secretário "ad hoc", Deputado Joares Ponticelli, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO "AD HOC" (Deputado Joares Ponticelli) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

MENSAGENS DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO DE N.ºS:

067, comunicando que sancionou o projeto de lei que retifica o art. 1º da Lei nº 10.070, de 30 de janeiro de 1996;

068, comunicando que sancionou o projeto de lei que denomina Otávio Dassoler, a rodovia no Bairro São Simão, em Criciúma;

069, encaminhando projeto de lei que autoriza a doação de imóvel o Município de Witmarsun;

070, encaminhando projeto de lei que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Lauro Müller.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Jaime Duarte, que declara de utilidade pública o Centro de Estudos, Pesquisas e Prevenção da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes - Crescer Sem Violência, do Município de Florianópolis;

- de autoria do Sr. Deputado Wilson Wan-Dall, que isenta do pagamento da alíquota de ICMS a venda de motores marítimos e barcos de pesca a pescador profissional;

- de autoria do Sr. Deputado Ivo Konell, que declara de utilidade pública o Corpo de Bombeiros Voluntários de Guarimirim.

OFÍCIOS N.ºS:

863/Gab/SSP - do Sr. Secretário da Segurança Pública, encaminhando resposta à Indicação nº 222/99, de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira;

840/Gab/SSP, do Sr. Secretário da Segurança Pública, acusando recebimento do Ofício DP/157/99, de 13.04.99, referente ao Requerimento nº 143/99, de autoria do Sr. Deputado Jaime Mantelli;

595, do Sr. Secretário de Estado dos Transportes e Obras, acusando o recebimento do Ofício nº DP/238/99, de 27 de abril, pela qual encaminha a Indicação nº 202/99, de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira;

600/, do Sr. Secretário de Estado dos Transportes e Obras, acusando o recebimento do Ofício DP/219/99, de 20 de abril, pela qual encaminha a indicação nº 174/99, de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira;

1199/99, do Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em resposta a Indicação nº 190/99, de 15 de abril de 1999;

126/99, da Sra. Alba T. Schlichting - Superintendente Estadual, em resposta ao Ofício DP/227, de 20/04/99, referente ao Requerimento nº 195/99.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Srs. Deputados, por determinação do Sr. Presidente desta Casa, estarão incluídas na Ordem do Dia de terça-feira, dia 25, as seguintes matérias:

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Emenda Constitucional n.ºs 02 e 03/99, em regime de urgência, de procedência governamental e de autoria do Deputado Pedro Uczai, respectivamente, que dá nova redação ao art. 170 da Constituição do Estado, que dispõe sobre assistência financeira às fundações educacionais de ensino superior e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Aos presentes projetos foi apresentado um substitutivo global.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - V.Exa. poderia ler novamente? Eu não entendi bem, é pedido de regime de urgência?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - É pedido de regime de urgência.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, eu até não discordo da data, porque não há problema nenhum, mas regime de urgência em emenda constitucional?! Eu acho que está havendo um equívoco por parte de quem entrou com o pedido de regime de urgência.

Em emenda constitucional, Sr. Presidente, não existe pedido de regime de urgência. Há um equívoco, e eu não sei quem entrou com o pedido.

Este Deputado não tem nada contra em se fixar a data da pauta, agora, regime de urgência em emenda constitucional, no mínimo, é equívoco do Autor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Eu concordo com V.Exa., até solicitei à assessoria que verificasse, porque realmente não há pedido de urgência em emenda constitucional.

Este projeto vai entrar na pauta de terça-feira, dia 25, por determinação do Sr. Presidente desta Casa.

Também por determinação do Presidente da Casa, temos, ainda, na terça-feira, a discussão e votação em turno único da admissibilidade ao Projeto de Emenda Constitucional n.º 07/99, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que altera os §§ 2º e 3º do art. 161 da Constituição do Estado, que indica Conselheiro para o Tribunal de Contas.

Conta com parecer da Comissão de Justiça pela admissibilidade.

O Sr. Deputado, a assessoria vai verificar se há no projeto qualquer pedido de regime de urgência.

Quero esclarecer a V.Exa. o seguinte: mesmo que haja, não existe pedido de urgência em emenda constitucional. A matéria vai ser incluída por determinação do Presidente da Casa.

Srs. Deputados, tendo em vista requerimento de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que solicitou a realização de um evento especial para o lançamento do Manual Infantil de Educação no Trânsito no dia de hoje, aprovado por este Plenário, esta Presidência suprime os horários reservados às Breves Comunicações e aos Partidos Políticos.

Portanto, suspendemos a presente sessão até as 16h, quando adrentaremos à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Inicialmente, gostaria de comunicar o recebimento do recurso do Deputado Neodi Saretta contra a não-inclusão, por parte desta Vice-Presidência (e Presidente em exercício na referida sessão), na Ordem do Dia de ontem do art. 170, que, de acordo com o Regimento Interno, foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, antes que V.Exa. inicie o processo de discussão e votação, este Deputado quer registrar, com muita alegria e satisfação, a presença neste Plenário do ilustre Prefeito do Município de Ouro Verde.

Eu faço este registro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque no final de semana próximo passado estivemos naquele Município, quando pudemos ver o seu potencial, principalmente na organização da exposição agropecuária, na qual foram comercializadas aproximadamente 600 cabeças de gado.

O que mais me impressiona é o fato de ser um Município pequeno, mas que deixa qualquer outro Município com inveja devido à organização, o trabalho extraordinário deste grande Prefeito, que é grande não só no tamanho, porque é um dos Prefeitos mais altos que eu conheço em Santa Catarina, mas pelas qualidades demonstradas, pois é um homem simples, um homem comum, que faz um trabalho extraordinário em favor da sua terra.

Faço este registro não só pelo fato de ele ser meu amigo pessoal e meu cabo eleitoral, mas, principalmente, pelo seu dinamismo.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Milton Sander - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Milton Sander.

O SR. DEPUTADO MILTON SANDER - Sr. Presidente, antes de entrar no assunto para o qual peço a palavra pela ordem, gostaria de endossar as palavras do Deputado Onofre Santo Agostini, aproveitando a oportunidade para fazer a saudação ao Prefeito de Ouro Verde, nosso amigo.

Podemos testemunhar que o acerto na administração é também em

função do acerto político que reina naquele Município.

Gostaria de anunciar aqui ao Prefeito o que já disse ao Vice-Prefeito: que o Governador Esperidião Amin vai, durante o seu Governo, asfaltar o acesso da rodovia que leva a Ouro Verde, hoje, sua principal reivindicação.

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a presença no Plenário desta Casa do fundador e Presidente da Associação dos Vereadores do Oeste de Santa Catarina, o Vereador e advogado Ademir Adur, que, desde ontem, está em tratativas de aprendizado de matérias legislativas, a fim de levar subsídios para a Câmara de Vereadores de Chapecó.

Nós, embora pertencentes a Partidos diferentes (o Ademir Adur é do PTB), vemos na pessoa deste jovem político uma das mais promissoras lideranças em nossa cidade e na região Oeste.

Sr. Presidente, nós tivemos a notícia, ontem à noite, que o Presidente da República assinou a nomeação do Dr. Valdemar Capeletti como Juiz Federal.

Só para lembrar, gostaria de dizer que o Dr. Valdemar Capeletti, advogado em Chapecó, ex-Presidente da Subseção daquela região, foi indicado como representante dos advogados para a 4ª Região da Justiça Federal, com sede em Porto Alegre.

O Dr. Valdemar Capeletti disputou com mais de uma centena de outros colegas advogados a indicação por Santa Catarina, e foi o vencedor, o representante de Santa Catarina, disputando depois com os representantes do Paraná e do Rio Grande do Sul, que representam os três Estados que pertencem à 4ª Região da Justiça Federal no Sul do País, sendo confirmada, ontem à noite, por decreto do Sr. Presidente da República, sua nomeação como o mais novo Juiz Federal da 4ª Região, na cota que cabe aos advogados.

Mas o registro é mais importante, porque ele pediu para que eu fizesse em seu nome um agradecimento à Assembléia Legislativa, que no mês de março votou uma indicação, que foi enviada ao Presidente da República, de apoio ao seu nome.

Ele me informou ontem à noite que, dos três concorrentes, apenas ele levou o componente político no seu currículo (quer dizer, a indicação política da Assembléia Legislativa) ao Palácio do Planalto.

Por isso, todos nós estamos de parabéns. A minha região, a minha cidade, pela primeira vez na história, conquistou uma vaga na Justiça Federal com um juiz não menos importante para Santa Catarina.

É a primeira vez que o Estado tem um juiz indicado para a 4ª Região, e também não menos importante, porque a Assembléia Legislativa, com certeza, colaborou no aspecto político, na decisão que pesou para que o Sr. Presidente, na lista triplíce, escolhesse este ilustre catarinense.

Ontem à noite ele me disse que em breve virá a este Poder, antes da sua posse, para agradecer a indicação que recebeu por unanimidade de todos os Deputados.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Desejo cumprimentar o Deputado Milton Sander, pois a nomeação do Dr. Valdemar Capeletti é uma honra para esta Casa, mas de modo especial para o ilustre Colega, que representa a região de Chapecó, porque foi um trabalho de Milton Sander no convencimento dos Parlamentares para assinar aquele documento.

Está de parabéns Santa Catarina, o Oeste catarinense e, de modo especial, V.Exa., Deputado Milton Sander!

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gelson Sorgato.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente, queremos também cumprimentar o Vereador Ademir Adur, do Município de Chapecó.

Ao cumprimentar também o Prefeito de Ouro Verde, gostaria de dizer que foi um grande sucesso a feira que aconteceu no último domingo naquele Município, pela garra e pelo trabalho do povo oesteño.

Quem falhou, na verdade, no financiamento da feira, foi o Banco do Brasil, que comunicou na sexta-feira à tarde que não tinha recursos. Infelizmente, o Banco do Brasil e o Besc não financiaram o leilão de terneiros.

O Prefeito esteve aqui para saber se houve algum equívoco de comunicação, e a Comissão de Agricultura, para colaborar, vai encaminhar um documento a essas duas instituições financeiras para que isto não mais ocorra.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Eu queria, com muita honra, registrar a presença nesta Casa do Prefeito em exercício do Município de Entre Rios, que está acompanhado de um Vereador e de seu Secretário de Administração.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - A Presidência comunica a todos os Deputados, e já foi constado em ata, que, por determinação do Presidente da Casa, na terça-feira, dia 25, serão incluídas na Ordem do Dia as seguintes matérias:

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Emenda Constitucional nºs 02 e 03/99, de procedência governamental e de autoria do Deputado Pedro Uczai, que dá nova redação ao art. 170 da Constituição do Estado, que dispõe sobre assistência financeira às fundações educacionais de ensino superior e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Aos projetos foi apresentado um substitutivo global.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade ao Projeto de Emenda Constitucional nº 07/99, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que altera os §§ 2º e 3º do art. 61 da Constituição do Estado (indicação de Conselheiro do Tribunal de Contas).

Conta com parecer da Comissão de Justiça pela admissibilidade.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Queremos registrar a presença no Plenário do empresário Orson Novacki, da Indústria Novacki, de Porto União, cidade vizinha de Caçador, que, a serviço daquela empresa, faz uma visita oficial a este Poder Legislativo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a Comissão de Finanças apresentou parecer favorável ao Ofício nº 03/99, de procedência do Secretário da Fazenda, que encaminha o quadro de detalhamento de despesa para o exercício financeiro de 1999, em cumprimento ao disposto do art. 40 da Lei nº 10.885.

Votação e redação final da Medida Provisória nº 77/99, de procedência governamental, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo Estadual de Saúde.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 040/99, em regime de urgência, de autoria do Deputado Heitor Sché, que altera a Lei nº 10.864/98, que dispõe sobre o estágio para estudante em órgão e entidade da administração pública e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada a Emenda Modificativa nº 1.

Conta com o parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação a emenda.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 028/99, de autoria do Deputado Gelson Sorgato, que prevê a disponibilização aos Municípios dos prédios escolares ociosos, destinando-os ao desenvolvimento de projetos agrícolas.

Ao presente projeto foi apresentada a Emenda Aditiva nº 01.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Educação, Cultura e Desporto e de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.

Em votação a Emenda Aditiva nº 1.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar nº 02/99, em regime de urgência, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que altera a redação do art. 41 da Lei Complementar nº 1.139, promulgada, de 28 de outubro de 1992, que dispõe sobre cargos e carreiras do Magistério Público estadual, estabelece novas sistemáticas de vencimentos, institui gratificações e dá outras providências.

Em discussão.

Com a palavra a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada, este projeto de lei de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini nada mais é do que a repetição de um projeto que nós já aprovamos nesta Casa por unanimidade na legislatura anterior. Infelizmente, no dia da votação do veto que o Governador após ao projeto, nós tivemos aquele episódio lamentável do voto que sumiu (não é, Deputado Joares Ponticelli?) e da fiscalização excessiva dos votos no processo de votação secreta.

Portanto, não foi possível derrubar esse veto. Só obtivemos 20 votos, e o Deputado Onofre Santo Agostini apresentou, imediatamente após a tramitação, a não-derrubada do veto, o projeto de lei complementar que coloca que os profissionais de educação, os professores que atuam nas séries iniciais, ou seja, do pré até a 4ª série, possam receber pelo nível superior, mesmo quando não tenham habilitação em séries iniciais.

Portanto, com nível superior na área de Pedagogia, mesmo não sendo específico das séries iniciais, poderão receber como nível superior. É isso que nós estamos tentando corrigir. Já tentamos no ano passado, mas, infelizmente, perdemos por um voto na derrubada do veto.

Na tramitação do projeto do Deputado Onofre Santo Agostini, nós tivemos a oportunidade de apresentar um substitutivo, tendo em vista que o Deputado Onofre Santo Agostini, como nós já tínhamos feito anteriormente, estaria excepcionalizando até dezembro do ano 2000 essa possibilidade.

Estamos colocando isto no nosso substitutivo para não ficarmos subordinados a esses prazos. No nosso substitutivo, nós estamos colocando da seguinte forma: excepcionalmente até a vigência do novo Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público estadual, conforme preconizado na

Lei Federal nº 9.424, que é a nossa LDB, será aceita comprovação de cursos de Pedagogia com habilitação nas disciplinas pedagógicas de segundo grau para o progresso funcional previsto na letra "a" do inciso II do art. V desta Lei Complementar.

Portanto, nós estamos esticando isso não até o ano de 99, 2000, 2001 ou 2002, Deputada Odete do Nascimento, mas, sim, até o Governo do Estado cumprir a lei federal e enviar para a Assembléia Legislativa e ser aprovado o novo Plano de Cargos e Salários.

Portanto, se o Governador mandar este ano o novo Plano de Cargos e Salários, nós teremos a vigência desta lei apenas este ano. Se ele levar três anos para mandar o plano, durante três anos os professores que têm cursos de Pedagogia (não de séries iniciais, mas o curso de Pedagogia), poderão se habilitar, acessar e receber como nível superior.

Este assunto foi profundamente debatido no ano passado, quando tramitou aqui o projeto, quando tentamos aqui a derrubada do veto, mas gostaria de insistir, pedindo aos Srs. Deputados, pois é lei complementar, portanto, precisa de 21 votos. Vai ser votação nominal, então, que façam justiça ao Magistério catarinense, porque temos inúmeros professores efetivos que não podem acessar e os ACTs tiveram redução nos seus vencimentos, porque não têm amparo legal para receber como nível superior.

Gostaria de solicitar o apoio de todos os Parlamentares que estão presentes, e vou pedir, Sr. Presidente, Deputado Heitor Sché, que nós possamos colocar em votação o substitutivo global e não o projeto original. O Autor do projeto, Deputado Onofre Santo Agostini, concorda que seja apreciado o substitutivo global.

Então, estou requerendo que seja colocado em votação o substitutivo global, sem necessidade de ser feito por escrito, sem ser cumprida a formalidade, porque senão vou ter que fazer o requerimento, pois não o tenho pronto.

Como V.Exa., ao encerrar a sessão ontem, não leu a pauta para a Ordem do Dia de hoje, fui surpreendida com o projeto na pauta, não preparei o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Gostaria de informar o seguinte:

(Passa a ler)

"Art. 155 - O destaque das partes de qualquer proposição, bem como de emenda do grupo a que pertenceu, será considerado para:

I -

II - votação em separado a requerimento de um décimo dos membros da Casa;"

O projeto ainda será discutido. Está em regime de urgência, mas V.Exa. tem tempo para encaminhar requerimento a esta Presidência.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Então, eu pediria, antes de entrar em votação, tempo para fazer o requerimento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o próximo orador inscrito para discutir o projeto, Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente, Srs. Deputados e demais pessoas presentes neste Plenário, este Deputado foi designado Relator deste projeto e entendeu que tinha prazo suficiente para estudá-lo com a devida calma e com a devida seriedade que a matéria requer. E acabamos tendo aqui um requerimento, que foi aprovado na sessão do dia 12 de maio, solicitando a sua tramitação em regime de urgência. Esta é a razão deste projeto estar sendo discutido no dia de hoje.

Eu deveria, como Relator, ter apresentado o meu parecer na reunião, no dia de ontem, da Comissão de Constituição e Justiça. Não o fiz porque estive impedido de estar nesta Casa na parte da manhã no dia de ontem. Porém, elaboramos assim mesmo, às pressas, um projeto. Poderia até entregar o projeto sem o devido parecer, mas entendendo a minha responsabilidade, o meu dever, estou trazendo aqui a V.Exas. um rápido parecer sobre esta matéria.

(Passa a ler)

"Em termos objetivos, os proponentes pretendem que se estenda, excepcionalmente, o aceite, para o progresso funcional nas condições determinadas na letra "a" do inciso II, do art. 15, lei complementar" (...) tudo aquilo que a Deputado Ideli Salvatti, de maneira muito sábia, já expôs neste microfone.

(Continua lendo)

"Em breve retrospecto histórico quanto ao objetivo da proposta em referência, destacamos que semelhantes exceções foram determinadas em outros diplomas legais, tanto suscitados pelo Executivo quanto propostos pelo Poder Legislativo.

Por outro lado, em se cotejando a proposição original e o substitutivo, teremos presente duas situações de mérito distintas (...) e também já comentadas pela Deputada e já requerido, inclusive, por ela para que fosse colocado em votação o seu substitutivo.

(Continua lendo)

"A controvérsia entre as propostas enseja importante questão de mérito que recomenda ciosa manifestação das Comissões de mérito (...)."

Este Deputado entende que esse projeto deveria ter passado pela Comissão de Educação para lá ser profundamente estudado, dado o seu interesse e a sua importância.

(Continua lendo)

"Quantos aos aspectos que incumbe à Comissão de Constituição e Justiça, é importante, mesmo em Plenário, realçarmos que a matéria em apreço possui os seguintes impedimentos normativos" (é nosso dever colocar para os senhores):

"1) Vulnera o disposto no art. 50, § 2º, IV, da Carta Constitucional Estadual, que prevê serem de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre os servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a reserva. Assim, toda legislação que vise implementar acréscimo pecuniário à folha dos servidores deve ser" (e os senhores sabem) "deflagrada pelo Chefe do Poder Executivo;

2) Outro aspecto" (que devemos também levar em conta) "é a majoração dos gastos que se pretende impor ao Poder Executivo, mediante implementação da gratificação e a inexistência de comprovação da disponibilidade orçamentária que, nos termos do art. 120 da Constituição Estadual, também é de iniciativa privativa do Governador do Estado;

3) A matéria é objeto de proposta rejeitada na presente sessão legislativa, condição que impõe a observância do que disciplina o parágrafo único do art. 111 do Regimento Interno, senão vejamos:

'Art. 111

Parágrafo único - A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia, ou no caso do inciso VI por iniciativa do Autor, aprovada pela maioria absoluta do Plenário'."

Eu estou falando tudo isso porque quero que V.Exas. entendam que eu fui designado Relator desta matéria, então é importante que eu deixe aqui também a minha posição em relação a este projeto.

(Continua lendo)

"Em conclusão, verificadas as controvérsias antes referidas e considerando a insuficiência de prazo para uma manifestação consentânea, devolvemos o projeto à tramitação, *in casu*, à superior apreciação do colendo Plenário, sem manifestação conclusiva."

Acredito que este projeto deveria ser objeto de apreciação, principalmente pela Comissão de Educação, uma vez que foi solicitado regime de urgência e está neste Plenário. Cabe, então, aos Srs. Deputados e a este Deputado decidir o destino pela aprovação ou não deste substitutivo global que a Deputada Ideli Salvatti colocou neste projeto.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Eu não quero entrar no mérito da posição de V.Exa. porque eu entendo que tem toda razão, ou seja, não deu tempo de estudar o projeto.

A minha única discordância sobre o seu ponto vista, é a seguinte: a matéria não foi votada nesta Legislatura. A matéria foi aprovada na Legislatura passada. A única coisa votada nesta Legislatura foi o veto do Governador, porque o projeto foi aprovado na Legislatura passada.

Portanto, não há impedimento que diz respeito ao artigo citado por V.Exa. Eu respeito a opinião do ilustre Parlamentar, todavia a matéria só foi votada no mérito no ano passado, na Legislatura passada. Este ano foi apenas votado o veto do Sr. Governador aposto ao projeto de lei de minha autoria no ano passado.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu respeito a sua posição, Deputado Onofre Santo Agostini, até porque V.Exa. tem uma vivência bastante larga nesta Casa. E eu apenas fui me respaldar e procurar orientação dentro dos setores competentes desta Casa - o Departamento Jurídico e o Departamento Parlamentar -, para me pautar dentro disso que acabei de citar a V.Exas.

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

O Sr. Deputado Paulo Bornhausen - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Paulo Bornhausen.

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Sr. Presidente, entraremos agora com o encaminhamento de votação? Vai entrar em votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda não!

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Terminada a discussão, vamos entrar em processo de votação neste projeto?

Eu quero, por uma questão de ordem, saber, já que há sobre a mesa um projeto e um substitutivo, como vai ser o encaminhamento deste processo.

Queria que V.Exa., antes de abrir o processo de votação, pudesse dar esta explicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Eu já vou antecipar.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Líder do PT, Deputado Francisco de Assis, da Deputada Ideli Salvatti e de outros Srs. Deputados, solicitando a votação do substitutivo global ao Projeto de Lei Complementar nº 02/99.

A Presidência defere de plano.

Esta Presidência coloca em votação, inicialmente, o substitutivo global, de autoria da Deputada Ideli Salvatti, ao projeto de lei complementar.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - É projeto de lei complementar, portanto a votação é nominal e precisaríamos, inclusive, fazer a verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - V.Exa. está solicitando verificação de *quorum* para votação nominal?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Como precisa ser votação nominal e para aprovação precisamos ter 21 votos, então eu gostaria que fosse feita a verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - V.Exa. só está pedindo verificação de *quorum*?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - É, só estou pedindo a verificação *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Estão presentes 30 Srs. Deputados.

Há *quorum* para deliberação.

Em votação.

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para votação nominal.

Em votação, inicialmente, o substitutivo global.

O Sr. Deputado Paulo Bornhausen - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Paulo Bornhausen.

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - O nosso encaminhamento para o substitutivo global é contrário.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO (Deputado Adelor Vieira) -

ADELOR VIEIRA não
AFONSO SPANIOL sim
ALTAIR GUIDI ausente
CESAR SOUZA ausente
CIRO ROZA não
CLÉSIO SALVARO ausente
FRANCISCO DE ASSIS sim
GELSON SORGATO sim
GILMAR KNAESEL ausente
HEITOR SCHÉ Presidente
HERNEUS DE NADAL sim
IDELI SALVATTI sim
IVAN RANZOLIN não
IVO KONELL sim
JAIME MANTELLI sim
JAIME DUARTE sim
JOÃO ROSA ausente
JOARES PONTICELLI não
JORGINHO MELLO não
LÍCIO SILVEIRA ausente
LUIZ HERBST sim
MANOEL MOTA sim
MILTON SANDER ausente
MOACIR SOPELSA sim
NARCIZO PARISOTTO ausente
NELSON GOETTEN não
NEODI SARETTA sim
NILSON GONÇALVES não
ODETE DO NASCIMENTO não
ONOFRE SANTO AGOSTINI sim
PAULO BORNHAUSEN não
PEDRO UCZAI ausente
RENO CARAMORI ausente
ROGÉRIO MENDONÇA sim
ROMILDO TITON sim
RONALDO BENEDET sim
SANDRO TARZAN ausente
VALMIR COMIN não
VOLNEI MORASTONI sim
WILSON WAN-DALL não

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Temos 17 votos "sim" e 11 votos "não".

Está rejeitado o substitutivo global.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, V.Exa. vai colocar em votação? Eu quero fazer o encaminhamento da votação seguinte! Foi rejeitado o substitutivo, então tem que ser votado o projeto original!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Deputada, eu estava dando o resultado da votação do substitutivo global.

Em votação, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 02/99, em regime de urgência.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra pela ordem, para encaminhamento de votação, a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Sr. Presidente, eu quero dizer que a Bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar a favor do projeto original, deixando consignado neste Plenário que o procedimento do Líder do Governo nesta Casa é extremamente deselegante, extremamente absurdo, porque toda discussão desta situação foi acordada com o Autor do projeto, Deputado Onofre Santo Agostini.

Nós temos o interesse maior de resolver um problema sério que está colocado para o Magistério e que nesta Casa não foi possível de ser resolvido por causa de um voto de veto que sumiu, caso inédito nesta Casa. O Deputado Onofre Santo Agostini fez o projeto para que nós possamos corrigir isso.

De comum acordo nós conversemos a respeito de corrigir para não precisarmos, daqui há um ano e meio, estar de novo votando isso, porque aí fica colocado como prazo até o envio de Plano de Cargos e Carreira. E o Sr. Líder do Governo, numa atitude mesquinha, apenas para dar uma represália, porque o substitutivo era de minha autoria, tem esse tipo de atitude, que é digna de quem não tem altura política para estar nesta Casa representando o Governo.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, eu conversei com o Líder do Governo e com o Líder do PPB para votarem favorável ao projeto de minha autoria.

A Deputada Ideli Salvatti me solicitou e eu votei favorável ao substitutivo global, porque eu entendo que esse projeto realmente é complicado quanto ao mérito. Todavia devo dizer que o compromisso do Sr. Governador com este Deputado foi o seguinte: ele solicitou, na oportunidade, que fosse mantido o veto e assumiu o compromisso com este Deputado de encaminhar à Assembléia Legislativa um projeto de origem do Governo, corrigindo, no meu entender, o equívoco do veto.

Por isso nós solicitamos... Tanto é verdade que eu votei a favor do substitutivo global da ilustre Deputada Ideli Salvatti. É claro que eu não posso convencer o Líder do Governo e nem os Deputados a mudarem de opinião.

Eu votei favorável porque entendo que o substitutivo global também iria corrigir o equívoco cometido. Mas como o projeto deve ter o desfecho com o encaminhamento, pelo Sr. Governador, do projeto que vai resolver de uma vez por todas a injustiça praticada no veto, eu entendo que vamos ter solução, evidentemente, do projeto.

Por isso eu peço o voto dos Srs. Deputados, já que não foi possível votar no substitutivo global da Deputada Ideli Salvatti.

Quanto às afirmações da Sra. Deputada Ideli Salvatti, evidentemente é uma posição de ordem pessoal da ilustre Deputada e eu não devo entrar no mérito da questão. Mas quero apenas dizer que eu considero o Deputado Paulo Bornhausen um homem digno, honrado para defender os interesses do Governo.

O Sr. Deputado Paulo Bornhausen - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Paulo Bornhausen.

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Sr. Presidente, eu acho que devemos manter a serenidade, a calma, saber fazer contas, olhar a nossa Bancada e as outras Bancadas, mas cobrar compromissos, Sr. Presidente, nesta Casa tem que ser cobrado compromisso feito, ajustado e acertado com quem de direito.

Agora, imaginar que eu faço um compromisso, Deputada Ideli Salvatti... E não foi comigo, porque V.Exa. não conversou comigo em momento algum sobre isso. Eu tenho que reafirmar que aquilo que eu disse no jornal mais do que nunca é verdade.

V.Exa. tem uma postura que certas vezes não condiz com o cargo de Deputada Estadual que V.Exa. ocupa. Eu tenho muita pena em ter que dizer isso aqui diante da platéia, diante das pessoas, porque tenho procurado manter a calma e a serenidade.

Agora luto pelas minhas posições e sei reconhecer que V.Exa. luta pelas suas posições, mas até o limite da educação, até o limite em que começam os meus direitos e acabam os seus.

Portanto, até onde sei, Sr. Presidente, gostaria de perguntar a esta Presidência se foi diplomado nesta Casa o Governador Esperidião Amin ou outra pessoa, porque eu respondo, como Líder do Governo, ao Governador eleito democraticamente pelo povo de Santa Catarina, que tem, através das suas Bancadas de apoio, da Coligação Mais Santa Catarina, obrigações com o Governo do Estado e com o povo de Santa Catarina, legitimamente.

Então, nós vamos encaminhar a votação a favor do projeto do Deputado Onofre Santo Agostini, sem com isso estar aqui querendo derrubar, de forma alguma, o parecer do Deputado Nilson Gonçalves, que é um parecer conseqüente, e, portanto, desobrigando-nos com o segundo turno da votação, podendo nesse segundo turno fazer uma posição diferente, até porque nós entendemos que é legítimo esta Casa se posicionar publicamente, politicamente, buscando posições do Executivo - por isso o Líder do Governo se coloca a favor -, para que possamos resolver esse problema tão grave que a Deputada Ideli Salvatti vem aqui tão bem tratar e que só se perde quando vai ao detalhe da questão política aqui do Plenário.

Portanto, nós não estamos contra, muito pelo contrário, queremos uma solução. Mas manda quem ganha a eleição e quem procura exercer legitimamente o poder. Assim sendo, o Governador será a pessoa que decidirá esse assunto, legitimado pelas urnas. E nós estamos aqui, enquanto Líder de Governo, com a maior serenidade e com a maior boa vontade, para resolver os problemas de Santa Catarina. Agora, sem admitir patrulhamento e nem muito menos malcriação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, o Deputado Nilson Gonçalves fez uma exposição brilhante e correta. Ele é

que está certo, porque este projeto de lei complementar foi fruto de uma manifestação do Plenário, quando houve o veto do Governo do Estado.

Portanto, ele deveria vir a Plenário já com os requisitos regimentais de 21 assinaturas.

Por outro lado, ele tem um vício de origem, a questão da iniciativa constitucional pertence ao Chefe do Poder Executivo, porque o projeto, transformado em lei, vai gerar despesas.

Então, tem uma questão técnica. Como a nossa Bancada não examinou esta questão, não colocamos uma posição. E para evitar que se prejudique um projeto que poderá ser transformado em lei, que vai fazer justiça, nós tomamos a posição de votar em primeiro turno, sem o compromisso de assim proceder no segundo turno, porque neste interregno o Executivo poderá ver que a Assembléia está se manifestando e encaminhar o projeto à deliberação desta Casa.

O mérito é importante e justo e por isso nós não queremos inviabilizar que hoje ele receba a primeira votação, mas sem o compromisso de votar favoravelmente na segunda votação, por uma questão de coerência.

Devo deixar claro também que nós não estamos votando numa questão de iniciativa Parlamentar deste ou daquele Deputado. Respeitamos a posição da Deputada Ideli Salvatti em apresentar um substitutivo, mas nós já tínhamos deliberado, inicialmente, em votar o projeto de iniciativa do Deputado Onofre Santo Agostini para preservar o espaço e a possibilidade de votarmos aqui um projeto que tenha a iniciativa correta constitucionalmente.

Esta é a nossa posição!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para votação nominal.

Quem votar "sim" estará aprovando o projeto em primeiro turno e quem votar "não" estará rejeitando-o.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO

(Deputado Adelor Vieira) -	
ADELOR VIEIRA	sim
AFONSO SPANIOL	sim
ALTAIR GUIDI	ausente
CESAR SOUZA	ausente
CIRO ROZA	sim
CLÉSIO SALVARO	sim
FRANCISCO DE ASSIS	sim
GELSON SORGATO	sim
GILMAR KNAESEL	ausente
HEITOR SCHÉ	Presidente
HERNEUS DE NADAL	sim
IDELI SALVATTI	sim
IVAN RANZOLIN	sim
IVO KONELL	sim
JAIME MANTELLI	sim
JAIME DUARTE	sim
JOÃO ROSA	ausente
JOARES PONTICELLI	sim
JORGINHO MELLO	sim
LÍCIO SILVEIRA	ausente
LUIZ HERBST	sim
MANOEL MOTA	sim
MILTON SANDER	ausente
MOACIR SOPELSA	sim
NARCIZO PARISOTTO	ausente
NELSON GOETTEN	sim
NEODI SARETTA	sim
NILSON GONÇALVES	sim

ODETE DO NASCIMENTO	sim
ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
PAULO BORNHAUSEN	sim
PEDRO UCZAI	ausente
RENO CARAMORI	ausente
ROGÉRIO MENDONÇA	ausente
ROMILDO TITON	sim
RONALDO BENEDET	sim
SANDRO TARZAN	ausente
VALMIR COMIN	sim
VOLNEI MORASTONI	sim
WILSON WAN-DALL	sim

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Aprovado em primeiro turno o Projeto de Lei Complementar nº 02/99, por unanimidade dos Deputados presentes, com vinte e oito votos.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Legislativa do Município de Urussanga, parabenizando aquela comunidade pelo transcurso do 121º aniversário de emancipação político-administrativa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal de Maracajá, parabenizando-o pelo transcurso do 32º aniversário de emancipação político-administrativa do referido Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Movimento Nacional de Educação no Trânsito - Monatran -, cumprimentando a Organização Não Governamental, na pessoa do seu Presidente, pela magnitude do trabalho realizado que originou o Manual Infantil de Educação no Trânsito.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº PL/0068.6/98, que dispõe sobre a "educação para o trânsito nas escolas de 1º grau na rede pública do Estado de Santa Catarina".

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Secretária da Educação e do Desporto, pedindo uma relação com os valores repassados às Prefeituras Municipais de: Criciúma, Itajaí, Florianópolis, Ibirama e Ituporanga, nos anos 97 e 98, para compra de material didático e pedagógico, conveniados com a referida Secretária.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Secretária da Educação e do Desporto, pedindo cópia das notas fiscais, referentes aos Convênios nº 11.866/97-4 e 1.673/1998, celebrados entre a referida Secretária e a Prefeitura de Criciúma.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente do Tribunal de Contas, pedindo cópia do contrato, relatórios e pareceres do Programa Viva Luz.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria dos Deputados Jaime Mantelli e Valmir Comin, membros da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, pedindo que seja remetida para a referida Comissão a relação de convênios realizados com o Estado de Santa Catarina e/ou Municípios catarinenses para aquisição de equipamentos e realização de obras, nos últimos cinco anos.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos Deputados Federais e Senadores de Santa Catarina, pedindo que sejam enviados todos os esforços junto ao Governo Federal no sentido da continuidade das obras da BR-158 (trevo de acesso a Cunha Porã, BR-282, Bom Jesus do Oeste, Maravilha, Santa Terezinha do Progresso, Campo Erê), no Estado de Santa Catarina, até encontrar-se com o Município de Vitorino e outros, no Estado do Paraná.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Prefeitura de Curitiba, enviando votos de pesar pelo falecimento de sua progenitora, Sra. Iolanda da Silva.

A Presidência defere de plano.
Requerimento de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes e Obras, pedindo que sejam enviados todos os esforços que se fizerem necessários à inclusão do trecho da SC-469, que liga Serra Alta à BR-158, no Programa do BID.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, solicitando seja realizada, no Dia do Colono, uma sessão especial nesta Casa objetivando homenagear os agricultores catarinenses.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato e outros, pedindo que seja determinado o desarquivamento do Processo AB 017.0/94, que solicita a emancipação dos Distritos de Marechal Bormann e Goio-En, desmembrados do Município de Chapecó, para que seja restaurada a tramitação regimental.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Rosa, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Superintendente Estadual do Banco do Brasil, pedindo a revisão do cogitado fechamento da carteira de câmbio do Banco do Brasil, na cidade de Joinville.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adelor Vieira, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 384/98, "que declara de utilidade pública a Associação de Moradores Escolinha".

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valmir Comin e da Deputada Odete do Nascimento, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Secretária de Estado da Educação e do Desporto, pedindo que seja focado na grade curricular o tema Criminalidade e Código Penal, culminando com uma visita às instituições penais (presídios e ou casas de detenção).

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valmir Comin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, extensiva ao Diretor-Geral da Fundação Catarinense de Cultura, que, atendendo a um

pleito da comunidade do Município de Içara, pede recursos estaduais com vistas à recuperação, restauração e manutenção da Igreja de Linha Anta.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Sr. Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Superintendente do Banco do Brasil e ao Presidente do Besc, protestando veementemente pela não-liberação de recursos financeiros para financiamento da venda de animais junto à Feira do Gado, que se realizou no Município de Ouro Verde.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria dos Sr. Deputado Moacir Sopelsa, que requer a realização de sessão especial para uma conferência do Presidente da Comissão da Reforma Tributária, Deputado Germano Rigotto, no dia 14 de junho do ano em curso, com início às 14h30min.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco de Assis, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e ao Presidente do Besc, pedindo a instalação de um posto de serviço do Besc na região central do Município de Itapoá.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.
Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Requerimento de autoria do Sr. Deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor-Presidente da Bom Bril Círio S.A., encaminhando nota de repúdio à referida empresa, tendo em vista a matéria publicada nas revistas IstoÉ nº 1.539 e Veja nº 1.592, pelas agressões cometidas à imagem do suíno nos comerciais de TV e nas próprias revistas. Requer, outrossim, que a empresa, nos moldes da propaganda veiculada, se retrate publicamente para com todo o segmento produtor organizado de carne suína do Sul do Brasil.

Em discussão.
Com a palavra o Autor, Deputado Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, é uma matéria de interesse não só de Santa Catarina, mas também dos três Estados do Sul.

Eu até vou ler o meu requerimento, que diz o seguinte:
(Passa a ler)

"A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acolhendo proposição do Deputado Manoel Mota, solicita que seja encaminhada nota de repúdio à empresa Bom Bril Círio S.A., tendo em vista a matéria publicada nas revistas IstoÉ nº 1.539 e Veja nº 1.592, pelas agressões cometidas à imagem do suíno nos comerciais de TV e nas próprias revistas. A indignação dos produtores do Sul do Brasil e de entidades organizadas e representativas na produção é de que no momento em que se desenvolvem campanhas com o objetivo de aumentar o consumo da carne suína per capita, por outro lado esta conceituada empresa, no intuito de aumentar a venda de seus produtos, não poderia usar, nem denegrir, a imagem do produto de maior fonte de renda e arrecadação de divisas para os três Estados do Sul. Por esta razão é que solicitamos a esta empresa que, nos moldes da propaganda veiculada, se retrate publicamente para com todo segmento produtor organizado de carne suína do Sul do Brasil."

Quer dizer, nós não podemos admitir, Srs. Deputados, que uma empresa milionária venha a denegrir o produto suíno não só de Santa Catarina, mas dos três Estados do Sul.

Srs. Deputados, vejam bem o que diz a propaganda: "Sujeira a gente não maquia. Acaba com ela. Contra qualquer tipo de sujeira, Bom Bril". Quer dizer, o porco, a carne suína, é considerada sujeira.

Então, nós, como Parlamentares, não podemos aceitar, de forma alguma, que uma empresa venha a agredir a principal economia de Santa Catarina e do Sul do Brasil.

Estamos indignados, sim! Temos empresas como a Sadia, a Perdigão, a Cooperativa Central, que produzem a carne suína em Santa Catarina. E a grande verdade é que para se divulgar empresas milionárias não se pode usar esse tipo de propaganda, denegrindo a grande economia de Santa Catarina.

Quero dizer, inclusive, que a Câmara Municipal de Concórdia também fez uma manifestação sobre isso, Deputado Moacir Sopelsa. E com certeza V.Exa., que está no meio de tudo aquilo, também não pode aceitar o que está acontecendo. Conto com V.Exa. para enriquecer este meu requerimento, a fim de que o Parlamento de Santa Catarina possa dar uma resposta àqueles que querem ficar cada vez mais milionários, mas não olham a quem destróem e a quem denigrem.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Ouço V.Exa. com muita honra.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Manoel Mota, na verdade V.Exa. traz a esta Casa um assunto da maior importância, quem sabe até mais primordial do que nós pensamos que a suinocultura é para a economia do nosso Estado.

Lamentavelmente, Sr. Deputado, nós vemos uma empresa como a Bom Bril usar o leitão, usar o porco, para mostrar a sujeira.

Na verdade, Deputado Manoel Mota, eu já havia buscado dados, levantado dados. E queramos dizer que ainda tivemos

o dissabor de termos, através daqueles que permitem a realização e levam ao ar esse tipo de comercial, a decisão de que a Bom Bril está certa. O mais lamentável é sabermos que a Bom Bril vai continuar com essa propaganda, porque ela não ofende, mostra o porco bonitinho, sorrindo, indo para a cama. Realmente nós temos que fazer uma nota de repúdio à Bom Bril.

Inclusive, estamos orientando os nossos produtores para que não incluam nas suas compras de supermercado os saquinhos da Bom Bril e escolham outras marcas. Procedendo dessa maneira, queremos mostrar para a Bom Bril que a nossa suinocultura não é mais aquela de 150 anos atrás. Hoje, médicos cardiologistas dos Estados Unidos recomendam o consumo da carne suína porque ela faz menos mal à saúde do que outras carnes.

Deputado Manoel Mota, aproveitando a oportunidade, eu quero mostrar aos Srs. Deputados a revista Veja, que nos traz a situação da agricultura no Brasil e mais uma vez nos deixa indignados. Diz a reportagem: "O Brasil que agüenta o tranco: a agricultura". E mostra os fazendeiros com dois aviões, os palácios em que moram, e o maior produtor de soja no seu avião. E, sabendo disso, lembramos de como é a agricultura catarinense, em que, muitas vezes, o agricultor não tem sequer dinheiro para comprar o medicamento que precisa para o seu filho.

Mas a revista Veja coloca uma coisa importante: quem segurou o Plano Real, mais uma vez, foi a agricultura. E agora temos uma empresa como a Bom Bril denegrindo a imagem de um produto que nós criamos com sacrifício e que oferecemos à mesa de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Deputado Manoel Mota, pela oportunidade do aparte. Parabéns por ter trazido um assunto de tão grande importância. Tenho certeza de que V.Exa. terá o apoio de todos os Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado Moacir Sopelsa, agradeço o seu aparte e incorporo-o ao meu pronunciamento.

Nós, catarinenses, não podemos aceitar isso, e quero pedir ao Deputado Gelson Sorgato que convoque a Comissão de Agricultura para que faça um encaminhamento nessa direção, contra esse tipo de propaganda, que denigre a suinocultura, também uma fonte de renda e divisa para a sustentação deste País.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - É com muita honra que ouço V.Exa.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Deputado Manoel Mota, este assunto já foi questão de análise na Comissão de Agricultura, e nós subscrevemos o seu requerimento de repúdio.

A Comissão decidiu que irá fazer uma nota de repúdio referente a essa propaganda tendenciosa da Bom Bril. Inclusive, já existe uma decisão judicial, e eles dizem que não têm nada a ver, que não estão utilizando o porco como um animal sujo, que não é nada disso.

Porém, essa decisão judicial é procedente, e nós temos que defender as nossas empresas, visto que Santa Catarina é o

maior Estado produtor de suínos. A Bom Bril poderia ter escolhido outra maneira de fazer a sua propaganda, não denegrindo a imagem da suinocultura catarinense.

Por isso, subscrevemos o seu requerimento, e a Comissão de Agricultura incorpora-o para que possamos dar continuidade e conseguir os efeitos necessários, tanto em nível da Bom Bril como da decisão judicial.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o seu aparte, Deputado Gelson Sorgato, e fico bastante honrado por saber que vai haver continuidade.

Este Parlamento, em relação à frase "Sujeira a gente não maquia, acaba com ela", tendo um porco como personagem, tem que, no mínimo, manifestar seu repúdio a essa empresa milionária, que usa esse tipo de instrumento para, cada vez mais, se beneficiar das vendas no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Senador Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado, ao Senador Roberto Requião e aos Senadores-membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, pedindo a imediata aprovação do substitutivo do Senador Roberto Requião ao Projeto de Resolução nº 06/99, que altera o art. 12 da Resolução nº 78/98, que "dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências".

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Sandro Tarzan, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Fazenda, pedindo que seja viabilizada a confecção das cédulas e moedas do real com métodos passíveis de permitir sua leitura pelos cegos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Adelor Viera, a ser enviada ao Governador do Estado, com cópia ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando que seja viabilizado o aumento do efetivo da Polícia Militar no Município de Araquari.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, Sr. PRESIDENTE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. Presidente, gostaria de saber se há número suficiente de Deputados para podermos deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Esta Presidência, atendendo a solicitação do Deputado Nilson Gonçalves, solicita ao Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados)

Estão presentes 21 Parlamentares.

Há *quorum* para deliberação.

Em votação a indicação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Gelson Sorgato, a ser enviada ao Governador do Estado e à Secretária de Estado da Educação e do Desporto, solicitando que sejam viabilizadas medidas para a realização do transporte coletivo conforme as necessidades dos Municípios catarinenses.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Gelson Sorgato, a ser enviada ao Governador do Estado e à Secretária de Estado da Educação e do Desporto, solicitando a reforma da Escola Básica Vendelino Junges, no Município de Pinhalzinho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado João Rosa, a ser enviada ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante-Geral da Polícia Militar, sugerindo o aumento dos efetivos policiais no Município de Joinville e a correspondente alocação adicional de viaturas e equipamentos necessários às atividades dos respectivos contingentes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado João Rosa, a ser enviada ao Governador do Estado e à Secretária de Estado da Educação e do Desporto, solicitando providências para o aumento de segurança em estabelecimentos escolares.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Jaime Duarte, a ser enviada ao Secretário da Justiça, pedindo que sejam incluídos programas de agentes de saúde à população do sistema penitenciário do Estado.

Em discussão.

O Sr. Deputado Jaime Duarte - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Autor.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de fazer uma justificativa desta minha proposição. Em tese, levanto a problemática do sistema carcerário catarinense, especialmente no que concerne à assistência médico-odontológica aos detentos.

E uma das coisas que trago como experiência do período em que estive na Secretaria da Justiça é que os sistemas carcerários brasileiro e catarinense não recuperam o preso. Segundo os índices, 80% dos detentos que cumprem pena, em menos de 15 dias já estão de volta à cela por terem praticado um outro delito.

Isso significa que o sistema está praticamente falido, e não é o que a sociedade espera do Poder Público.

Uma questão que também me preocupa é que não há nenhum programa institucional de acompanhamento da saúde do detento, para que ele tenha uma atenção digna nessa área. Segundo os dados, quase 10% da população carcerária em nosso Estado está com o vírus da Aids. Então, é um problema sério, e nós, enquanto Deputados, não podemos virar as costas para um setor da população que delinuiu. Por sua vez, o cumprimento da pena só se justifica se for sob o enfoque da possibilidade de recuperar o preso, e não apenas deixá-lo num depósito de seres humanos à própria sorte, sem o mínimo de dignidade.

É claro que o presídio não é uma colônia de férias, mas tem que se ter a aplicação da sanção. O sistema carcerário, acima de tudo, tem que ter o enfoque, a filosofia da recuperação do preso, sob pena de não ter nenhum razão e fugir daquilo que o moderno Direito entende como cumprimento da pena.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Nobre Deputado, hoje pela manhã estive, juntamente com o Deputado Ronaldo Benedet e a Deputada Odete do Nascimento, na penitenciária de Florianópolis, onde verificamos de perto o sistema carcerário catarinense, que é um verdadeiro caos.

Na cadeia da Capital, na cela em que cabe um preso há apenas um, na que cabe dois presos há dois, mas, na cadeia de Joinville, que tem capacidade para 120 presos, tem trezentos e pouco! Lá já temos preso aéreo, aquele que fica na rede por falta de espaço.

Peço permissão a V.Exa. para subscrever esta indicação, até porque tenho a mesma preocupação.

O SR. DEPUTADO JAIME DUARTE - Agradeço o seu aparte e é um prazer que V.Exa. assine esta indicação.

Nobre Deputado, uma das razões de haver tensão nos presídios é exatamente a condição precária em que os presos se encontram.

Um dos itens da rebelião na cadeia de Florianópolis foi exatamente o direito de

assistência à saúde. E o Colega Volnei Morastoni, que preside com competência a Comissão de Saúde desta Casa, tem uma preocupação enorme com relação a essa área.

Eu penso que, da forma como está, com os dezenove presídios em Santa Catarina e as três penitenciárias tendo falta de assistência à saúde, superlotação, falta de programas de recuperação do preso através de terapia ocupacional, não dá! Temos de rever este quadro.

Deputado Ronaldo Benedet, V.Exa. faz parte da Comissão dos Direitos Humanos, e penso que nós temos que fazer um trabalho, apontar saídas, ter um programa de recuperação dos presos de Santa Catarina, e aí entra a questão da assistência à saúde.

Então, o meu trabalho vem nesta linha: que o Estado crie um programa de assistência de saúde ao preso através de agentes comunitários, que é um trabalho mais barato, mais viável e mais interessante, e que tem, inclusive, a participação da comunidade. Eu acho que a comunidade não pode virar as costas e navegar sobre as ondas da discriminação. Na verdade, trata-se de um problema social, pois a criminalidade é, acima de tudo, consequência da desigualdade social e do desvio de comportamento.

Fica aí a minha sugestão. É apenas uma indicação, e espero que o Governador do Estado acolha a nossa proposição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Herneus de Nadal, a ser enviada à Secretária de Estado da Educação e Desporto, solicitando que seja dada continuidade aos trabalhos da construção do ginásio de esportes do Município de Tigrinhos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento de autoria do Deputado Luiz Herbst, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado e ao Secretário da Fazenda, pedindo providências que atenuem as exigências para a concessão do regime especial, previsto no Anexo 6 do regulamento do ICMS.

Em discussão.

O Sr. Deputado Luiz Herbst - Pedimos a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Autor.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Sr. Presidente e Srs. Deputados, durante este ano, discutimos vários assuntos importantes nesta Casa, como o art. 170, mas entendo que um dos mais importantes é este que vou abordar, e para poder fazer uma declaração mais posicionada, gostaria de ler algumas matérias dos jornais do Planalto Norte.

(Passa a ler)

"Criadores de frangos em Mafra temem ser lesados por empresa

A empresa lapeana do ramo de avicultura Da Granja, de acordo com informações repassadas para o jornal Gazeta, de Riomafra, pode lesar criadores integrados em Mafra e região. São cerca de 1.250 famílias envolvidas em atividade avícola, produzindo frangos para a empresa, pelo sistema integrado.

Criação

Os criadores integrados recebem da empresa pintinhos, rações e insumos, entregando o frango criado, portanto pronto para o abate. Em consequência, a granja repõe as aves para reiniciar o ciclo de criação.

Problema

O problema é que a empresa está ameaçando de repor mais os pintinhos (e já não está repondo mais), devido à decisão do Governo do Paraná em cobrar o ICMS (e aqui eu explico que não é o Governo do Paraná, mas o Governo de Santa Catarina) no ato da emissão da nota. A atitude foi tomada pelo Governo, devido a Da Granja estar inadimplente no pagamento de impostos. O criadores estão preocupados com a situação, e entidades já começaram a agir, esta semana, para resolver o impasse."

Na semana passada, falamos com o Deputado Nelson Goetten, que vai nos ajudar; falamos com o Líder do Governo, Deputado Paulo Bornhausen, que também irá ajudar. E ontem falamos com o Líder do PPB, Deputado Ivan Ranzolin, que não se interessou pelo número dos empregados, a sua posição foi querer saber que garantias o Governo teria de receber o ICMS. Esta foi a sua posição, o que me deixou muito espantado.

Primeiramente, temos que pensar em manter esses empregados no campo. Além do mais, o ICMS que a empresa deveria pagar, entre o crédito e o débito, dá, no mínimo, R\$250 mil por mês.

Entendemos que a empresa Da Granja está inadimplente, assim como outras empresas, mas pedimos que o Governo não cancele esse regime especial, pois não vão arrecadar mais nada, e as pessoas que vivem exclusivamente da agricultura vão ficar sem meios para sobreviver.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Eu gostaria de colocar uma situação idêntica que ocorreu com o Grupo Chapecó. Com quase três mil empregos, teve as mesmas dificuldades no Governo anterior, ficou devendo para a Fazenda em torno de R\$18 milhões, mas continuou funcionando. Para isso é que ocorre a fiscalização, que deve ser feita na porta da empresa, e não sair de lá sem o recolhimento direto.

Deputado Luiz Herbst, a Comissão de Agricultura propõe que, na semana que vem, nos desloquemos para a região de Mafra a fim de ver isso *in loco* e discutir a situação, para amenizar esse grave problema dos avicultores daquela região. Não é possível ficarmos aqui só discutindo a geração de empregos e as soluções para o campo. Temos que achar um meio.

É lógico que as empresas devem pagar impostos, porque o Governo tem os seus compromissos. Não vamos isentar as empresas, mas quando elas passarem por dificuldades, o Governo deve ser parceiro, e

nós sabemos que esse é um ato da Exatoria local para essa tributação, envolvendo o Governo de Santa Catarina.

Por isso que nós devemos fazer uma ação naquela região, e colocamos a Comissão de Agricultura à disposição do nobre Deputado e dos Deputados de todos os Partidos que representam aquela região para discutir este assunto.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Agradeço, Deputado Gelson Sorgato.

Continuando, quando o caminhão é carregado de frangos, tira-se a nota fiscal e vai recolher-se no décimo dia útil do mês subsequente. E o que a Secretaria da Fazenda quer que aconteça? Que se recolha o ICMS na hora em que é carregado o caminhão com os frangos, que na passagem de Mafra para Rio Negro seja efetuado o pagamento do ICMS.

Acontece que, primeiro, a empresa tem problemas de fluxo de caixa para fazer esse recolhimento; segundo, a empresa não tem condições, porque geralmente quem lida com frango sabe que essa mercadoria tem que sair à noite, para que não tenha problemas no transporte, e à noite os bancos estão fechados.

São carregados pelos caminhões aproximadamente 3 milhões e 360 mil frangos por lote. É um volume muito grande, tanto que o mínimo de ICMS mensal seria R\$250 mil.

Então, a empresa Da Granja quer que continue com esse regime especial. Ela já declarou que tem dívidas com o Governo do Estado, que renegociou essas dívidas, mas algumas estão sendo discutidas judicialmente, pelo crédito e débito. E nós aprovamos aqui alguns acertos de dívidas de ICMS, inclusive com os bens que as empresas colocam para pagamento, mas que não sejam lesados os agricultores, que sobrevivem exclusivamente dessa atividade.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Nobre Deputado, essa não é apenas uma questão de V.Exa., que é do PMDB. Acho que é um questão de justiça o que nós vamos fazer, porque sabemos das dificuldades por que todos passamos.

Não é uma questão de isentarmos a empresa dos tributos, do ICMS que ela precisa pagar, mas nós sabemos que é dado (e acho que com justiça, porque o Paraná dá, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina também dão) incentivo para o frango que é exportado, que ele tem um crédito presumido: em vez de 15 ou 17%, venha a ser 7, 8 ou 9%.

Então, que se dê essa oportunidade, pois sei o quanto é triste vermos o Frigorífico Chapecó, um frigorífico de tradição, fechar. E o que isso trouxe de prejuízo e tristeza para os produtores... Imagino o que eles estão passando!

Por isso, acho que não devemos olhar a sigla do Deputado que está levantando esta questão, mas ter consciência, principalmente o Vice-Líder do Governo aqui presente, de negociar esse projeto, para que a empresa continue fornecendo pintos para esses integrados, a fim de que eles possam continuar produzindo e ter, no mínimo, um pouco de dignidade e sobrevivência.

É este, então, o apelo que faço ao Vice-Líder: que leve a preocupação desta Casa ao Governador, pois se esses aviários forem fechados, teremos mais desempregados.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Deputado Moacir Sopelsa, não é nem incentivo, é regime especial. Se ouve falar muito na empresa dos incentivos que o Estado pode dar à Ford, mas ali não precisa dar incentivo nenhum, é só um regime especial. Por isso, pedimos aos Srs. Deputados que votem favorável a este requerimento.

E na próxima semana, talvez façamos uma reunião da Comissão da Agricultura no Planalto Norte para resolvermos o problema.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Sr. Deputados.)

Não há *quorum* para deliberação.

Continua em discussão o requerimento.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Peça a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o Deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para endossar a preocupação do Deputado Luiz Herbst.

O Planalto Norte, que todos nós conhecemos, é uma das regiões que têm carência de geração de empregos. As indústrias naquela região são poucas, a grande geradora de economia no Planalto Norte é a agricultura.

Portanto, a questão da empresa Da Granja me preocupa, e coloco-me à disposição de V.Exa. para discutir com o Governo, via Secretaria da Fazenda, e levar essa nossa preocupação.

Quando vemos grande parte da sociedade se mobilizando para que uma empresa da importância da Ford se estabeleça em Santa Catarina, a qual, em contrapartida, exige uma série de benefícios e incentivos que não podemos oferecer à nossa empresa já estabelecida...

São muito preocupantes esses casos, pois são muitas as empresas agropecuárias que estão indo embora de Santa Catarina pelos incentivos dados em outros Estados. Então, estamos perdendo muitas dessas empresas, importantes para a economia de Santa Catarina.

A Perdigão é um exemplo claro da preocupação que temos que ter com esse segmento, pois tem uma participação muito forte na economia do Município de Taió. Se perdermos a Perdigão, por certo teríamos uma consequência econômica muito grave.

Então, quero me colocar à disposição do Companheiro Luiz Herbst para discutirmos este assunto.

O Sr. Deputado Luiz Herbst - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Pois não!

O Sr. Deputado Luiz Herbst - Nobre Deputado, agradeço por estar disposto a me ajudar. E gostaria de pedir a V.Exa que falasse com o Secretário da Fazenda para que este tivesse uma posição até a próxima semana,

porque se passar muitos dias sem o não-alojamento dos pintinhos pela Da Granja, daí inviabiliza novamente. Então, teria que se resolver isso daí no máximo dentro de quinze dias.

Se nós não conseguirmos fazer com que a Secretaria da Fazenda e a Da Granja se acertem, que se faça uma reunião no Planalto Norte com a Secretaria da Fazenda, com a Da Granja, com os Deputados e com os integrados.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Quem sabe amanhã nós poderíamos tomar a iniciativa de tentar agendar a ida dos empresários da Da Granja para visitarem a Secretaria da Fazenda conosco. Eu me proponho a isso, pois acho que é necessário e urgente.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Era exatamente essa a proposta que queríamos encaminhar, Deputado. V.Exa. colocou muito bem, também achamos que é preciso buscar um encontro para que se possa tentar uma solução para o impasse.

Temos, ainda, as cooperativas de eletrificação rural, que estão com outro problema junto à Secretaria da Fazenda em função do entendimento da gestão anterior de que eram empresas caracterizadas como consumidoras finais.

No entanto, no final do Governo foi feita uma consulta formal, e agora chegou-se ao entendimento de um requerimento, encaminhado em dezembro do ano passado, através do qual essas empresas teriam, então, que recolher o ICMS de três anos para cá, o que iria inviabilizá-las.

Nós também já estamos tratando dessa matéria com o Secretário da Fazenda para tentar encontrar uma solução que viabilize essas empresas e faça com que o Estado, por outro lado, não deixe de arrecadar.

Eu concordo com o Deputado Luiz Herbst. Acho muito mais importante nós arrecadarmos um pouco menos e mantermos o emprego do que inviabilizarmos através de uma taxaço muito elevada.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Agradeço aos Companheiros Luiz Herbst e Joares Ponticelli pelo aparte.

Um outro ponto que o Companheiro Luiz Herbst levantou bem é que são R\$250 mil que são arrecadados de ICMS por mês se essa empresa estiver funcionando.

A maioria das empresas de Santa Catarina e do País estão inadimplentes não porque querem, mas porque uma situação econômica as levou à inadimplência. E entre pagar o imposto e decidir pelo nosso servidor, pelo nosso empregado e pelo nosso fornecedor, acabamos decidindo por deixar em dificuldade o Governo, por deixar de pagar o Governo, destinando, primeiramente, os recursos para pagar a folha dos nossos servidores.

Essa empresa vive uma situação econômica semelhante à de outras empresas de Santa Catarina; mas, como disse o Deputado Joares Ponticelli, muito pior é parar com essa empresa, porque aí teremos mais uma centena de famílias desempregadas, perderemos o movimento econômico que essa empresa gera através do ICMS, bem como a sua contribuição social para a região.

Eu tenho aqui me manifestado com dureza em relação a isso. Não consigo entender um sistema que permite que uma empresa que já está estabelecida encerre suas portas para depois incentivar com milhões uma outra a ocupar aquele espaço, que demandava muito menos investimento.

Agora que essa empresa passa por dificuldades, que não consegue mais alternativas, o sistema lhe vira as costas, e nós vemos aí um problema social com essa omissão dos Poderes. E o sistema não tem mecanismos para salvar uma empresa como essa.

Em Santa Cecília, por exemplo, temos a empresa Bonett, com 1.500 empregados. Qualquer Governo de Estado faria um grande esforço para levar uma empresa de 1.500 empregados que trabalha com R\$50 milhões de capital, mas ela vai quebrar porque faltam R\$5 milhões. E o sistema não consegue colocar R\$5 milhões naquela empresa, mas, com certeza, tem condições de dar R\$100 milhões para trazer uma nova empresa para se estabelecer lá e ganhar todos os incentivos!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Eu também entendo que é preciso separar o joio do trigo. Nós precisamos implementar tratamentos diferenciados, não podemos tratar o sonegador da mesma forma que se trata o inadimplente.

Precisamos descobrir as razões da inadimplência, precisamos de um combate acirrado ao sonegador para, aí, sim, viabilizar formas de ele poder voltar à adimplência. Conseqüentemente, vão ganhar o Estado, porque não perde mais uma fonte de arrecadação, e, acima de tudo, a sociedade, que mantém aquela fonte de renda, aquela fonte de trabalho, que carecemos tanto em nosso Estado.

Também precisamos aprofundar um pouco mais essa questão da agroindústria de Santa Catarina. E dentre os onze programas priorizados pela Secretaria da Agricultura (e temos conversado muito com o Deputado Odacir Zonta sobre isso), entendemos que aquele que vai buscar a auto-suficiência do milho é o que deverá merecer toda a atenção do Governo e toda a preocupação da agroindústria catarinense, inclusive com programas de incentivo.

A partir do momento em que efetivamente tornarmos o Estado auto-suficiente na produção do milho, iremos facilitar a condução dessas agroindústrias, porque muitas já ameaçam sair daqui pela baixa produção de milho que tem Santa Catarina, o que acaba elevando os custos e reduzindo a competitividade dessas empresas.

Então, a questão é um pouco mais complexa, e precisamos aproveitar esse momento para abrir um amplo debate sobre isso.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Quero só colocar que nós sempre defendemos soluções para essas questões preocupantes relacionadas à agricultura.

Venho de uma região onde a agricultura tem uma participação muito forte na economia, portanto...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Concedemos mais um minuto a V.Exa. para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente, posso me manifestar numa questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Sim.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Então, gostaria de dizer que estou viajando a Brasília amanhã para tratar, no Tribunal de Contas da União, onde já tenho audiência marcada, uma questão do Finame Rural em Santa Catarina.

Sr. Presidente, tenho uma resolução, que ainda não encaminhei porque o tempo não permitiu, que pede autorização de concessão de honraria a um ilustre cidadão catarinense, o Dr. Antônio Carlos Konder Reis, e a um outro cidadão, que foi cinco vezes Deputado Federal e é Ministro do Tribunal de Contas da União, o qual tem uma folha de serviço prestada ao País e a Santa Catarina invejável. Quero, portanto, fazer esse encaminhamento para que amanhã entre em votação.

Temos, ainda, uma honraria para conceder ao nosso Guga, que tem nos proporcionado momentos de muita alegria, resgatando um pouco daquilo que perdemos com a morte de Ailton Senna.

Guga, no tamanho, não é um dos maiores atletas, mas se agiganta cada vez mais e representa muito bem o atletismo de Santa Catarina, a valentia desse povo e, acima de tudo, a humildade, porque ele é um cidadão extremamente humilde.

Então, estamos encaminhando também esse pedido para conceder uma honraria desta Casa a este ilustre catarinense, que é o embaixador de Santa Catarina e do Brasil para o mundo. Guga é motivo de muito orgulho para nós, e ele sozinho não seria o que é, tem um técnico que zela, que trabalha por ele, que fez com que ele se projetasse e fosse hoje o orgulho do povo de Santa Catarina...

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, gostaria que fosse respeitado o Regimento desta Casa! Temos outros Deputados inscritos hoje em Explicação Pessoal, e o Deputado Nelson Goetten tomou o tempo que não era dele. Ele sabe que eu estou inscrito e que hoje daria uma resposta sobre o que ele falou outro dia.

Então, vamos respeitar o Regimento desta Casa, porque o pela ordem não é forma de apresentar o que ele está fazendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Sr. Deputado, em resposta à proposição de V.Exa., quero dizer que o Deputado dispõe de trinta minutos na tribuna para discutir o requerimento, regimentalmente.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Mas ele não está falando sobre o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Regimentalmente, o Deputado tem trinta minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Mas, Sr. Presidente, o que o Deputado Nelson Goetten está debatendo não é o requerimento. Se fosse, eu aceitaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ele está complementando, e a Presidência assegura a palavra ao Deputado, entendendo que está cumprindo o Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Mas o que ele está falando não se trata do requerimento em debate, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Eu asseguro a palavra ao Deputado Nelson Goetten por trinta minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente, eu estava fazendo uma rápida

explanção, e quero dizer que concordo que fica prejudicado o Deputado que está inscrito. Eu também estava inscrito e também vou ficar prejudicado, mas S.Exa. pode se inscrever na segunda-feira que vou estar aqui para escutar e dar a resposta depois.

Eu permito que ele se inscreva na primeira hora e eu me inscrevo na segunda, para ele não ficar prejudicado.

Agradecendo ao Presidente pela firmeza com que tem conduzido esta Casa, quero continuar a fazer essa citação sobre o Guga, e sinto-me orgulhoso hoje, como cidadão, de poder apresentar a esta Casa solicitação tão importante.

Mas, como dizia, o técnico do Guga, Larri Passos, merece um registro, porque normalmente nós pensamos na estrela e

esquecemos que atrás dela tem alguém que merece também os louros dessa vitória que o Guga tem oferecido a Santa Catarina, ao Brasil e ao mundo.

Fica aqui o meu encaminhamento, agradecendo e registrando a postura correta e firme do nosso Presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Srs. Deputados, sendo visível a falta de *quorum*, esta Presidência encerrará a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 048ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 20 DE MAIO DE 1999

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO HEITOR SCHÉ

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Cesar Souza - Ciro Roza - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Jaime Duarte - Jaime Mantelli - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedit - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que proceda à leitura do expediente.

O SR. QUARTO SECRETÁRIO (Deputado Adelor Vieira) - O expediente consta do seguinte, Sr. Presidente:

MENSAGENS DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO NºS:

071, comunicando que sancionou o Projeto de Lei que estabelece norma para a condução de animais de raça canina, reconhecidamente como cães de guarda em vias públicas;

072, encaminhando o projeto de lei que dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 9.654, de 19 de julho de 1994;

073, encaminhando o projeto de lei que autoriza a permissão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

PROJETO DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Altair Guidi, que dispõe sobre a criação de Programa de Incentivo a doação de órgãos.

PROJETOS DE RESOLUÇÃO:

- de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten que autorizam a concessão de honraria a Larry Passos; Gustavo Kuerten; Antônio Carlos Konder Reis e a Adhemar Paladini Guisi.

OFÍCIO Nº:

620/99, do Sr. Secretário de Estado dos Transportes e Obras, acusando o recebimento do Ofício DP/154/99, que encaminha

Requerimento nº 143/99, de autoria do Sr. Deputado Jaime Mantelli.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Terminada a leitura do expediente pasaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Luiz Herbst, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Sr. Presidente e Srs. Deputados, enquanto perdurar o nosso problema no Planalto Norte, relacionado aos integrados com a empresa Da Granja, nós faremos...

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Nobre Deputado, por uma questão de solidariedade e respeito a V.Exa., solicito ao Sr. Presidente que levante a sessão, haja vista estarmos aqui em apenas seis Deputados ouvindo um assunto de tamanha importância.

Então, em consideração a V.Exa., Deputado Luiz Herbst, estou fazendo este requerimento, e não há outra saída se não levantar esta sessão, sendo que V.Exa. já ficaria inscrito na próxima.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Deputado Onofre Santo Agostini, provavelmente, na próxima semana, devido a este grave problema, deverei ficar no Planalto Norte. No entanto, estarei entrando com um requerimento pedindo uma reunião da Comissão de Agricultura com representantes das Secretarias da Fazenda e da Agricultura e com os integrados com a empresa Da Granja, para tentarmos resolver esse problema.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Nobre Deputado Luiz Herbst, colocamos a Comissão de Agricultura à disposição para os Deputados daquela região discutirem com as autoridades governamentais da Secretaria da Fazenda e com os demais

representantes este assunto, a fim de acharmos uma solução e evitar que muitos trabalhadores percam o seu trabalho, o seu rendimento.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Nobre Deputado, V.Exa. traz um assunto realmente grave e urgente. Inclusive, recebemos ontem um fax tratando dessa matéria, e agora, pela manhã, enquanto V.Exa. se pronunciava, estávamos em contato, por telefone, justamente tratando desse assunto.

Por isso, creio que deveríamos, na próxima terça-feira, colocar este assunto como o primeiro da pauta, para buscarmos uma solução para essa questão.

Parabenizo V.Exa., porque foi o primeiro Deputado a trazer este assunto, que afeta fundamentalmente Santa Catarina, porque sua região faz parte deste nosso Estado e os catarinenses de lá também merecem a nossa atenção.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Sr. Presidente, eu quero retirar o pedido de levantamento da sessão, porque agora temos *quorum*.

Estão aqui quatro Deputados que fazem parte da Comissão de Agricultura, os Deputados Moacir Sopelsa, Neodi Saretta, Gelson Sorgato e este Deputado, e concordamos com a proposição do Deputado Neodi Saretta para que, na próxima reunião, terça-feira, às 8h, seja este o assunto prioritário a ser atendido pela Comissão.

Acho que o Deputado Neodi Saretta foi inteligente e competente quando sugeriu levar o assunto à Comissão apropriada para fazer esse encaminhamento. Tenho certeza absoluta que a Comissão de Agricultura, tão bem presidida pelo Deputado Gelson Sorgato e pelo Vice, o Deputado Neodi Saretta, vai levantar esta questão.

Uma das Comissões mais atuantes da Assembléia Legislativa é a Comissão de Agricultura, e temos lá brigado em favor do agricultor de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Neodi Saretta (Intervindo) - Deputado Onofre Santo Agostini, aqui cabe um aparte ao seu aparte.

A Comissão de Agricultura tem realmente se preocupado, inclusive garantindo o *quorum* aqui, para a sessão poder ter continuidade, Deputado Adelor Vieira, V.Exa. que é um assíduo frequentador das sessões e também está presente a esta sessão ordinária.

Deputados Luiz Herbst e Onofre Santo Agostini, acho que ficou encaminhada essa discussão para terça-feira, e se for necessário o nosso auxílio, estamos à disposição também. Se já pudermos solucionar o problema, melhor ainda. Caso contrário, na terça-feira poderemos discuti-lo.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Se V.Exa. já deu entrada ao requerimento, Deputado Luiz Herbst, podemos até assiná-lo e tocar o barco para a frente.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Nós demos entrada ao requerimento pedindo uma reunião quinta-feira em Mafra, no Planalto Norte, mas seria muito importante se conseguíssemos fazer uma reunião aqui na terça-feira, com a presença dos representantes da Secretaria da Fazenda, da empresa Da Granja e dos integrados.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Pois não!

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Inicialmente, eu queria sugerir ao Sr. Presidente que fosse reconsiderado o tempo do Deputado Luiz Herbst, tendo em vista que se tomou muito o seu tempo.

Deputado Luiz Herbst, fui indicado pelos Companheiros primeiro coordenador na fase de revezamento instituída pela Bancada Suprapartidária do Norte e Nordeste, e estando aqui o Presidente da Comissão de Agricultura, queria indagar da possibilidade, já que nós teríamos esse assunto na pauta, de convocar para a próxima semana, para que pudéssemos trabalhar juntos.

Fariamos, então, essa reunião da Comissão de Agricultura com a participação da Bancada Suprapartidária do Norte e Nordeste. Assim, aproveitáramos bem o tempo.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato (Intervindo) - Com esse requerimento de V.Exa., Deputado Luiz Herbst, ficaríamos convidados os membros da Bancada Suprapartidária para comparecerem na terça-feira.

Temos a nossa reunião da Comissão às 8h, e a partir daí, que os Deputados pudessem comparecer lá para tratarmos deste assunto.

Gostaria, ainda, de sugerir que, após deliberarmos na Comissão, convidássemos o Secretário da Fazenda ou seu representante, a parte interessada, que é a Da Granja, para que se fizessem presentes em Mafra, até para podermos, junto à comunidade, deliberar este assunto.

Mas fica acatada a opinião do Deputado Adelor Vieira.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Por último, Deputado Luiz Herbst, eu reafirmaria a sugestão ao Sr. Presidente de prorrogar o horário que V.Exa. necessita para fazer a sua alocação.

Cumprimento-o por ter levantado esse problema tão grave e de tão urgente solução.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Gostaria de ser bem prático, por isso peço ao

Deputado Gelson Sorgato para, se possível, fazer um convite oficial, através da Comissão de Agricultura, aos representantes da Secretaria da Agricultura e da Secretaria da Fazenda para comparecerem a essa reunião na terça-feira, quando trataremos especificamente desse assunto. E eu trarei o representante da empresa Da Granja, de Mafra, e também os representantes dos integrados do Planalto Norte.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, estive em contato com a empresa Da Granja; inclusive, li o despacho do gerente regional da Fazenda Estadual de Mafra, que indeferiu o regime especial. A Da Granja não concorda com esse despacho, e como existe um processo judicial de valores de ICMS, a Da Granja está discutindo juridicamente com o Estado, porque na realidade ainda não se deu uma conclusão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) (Faz soar a campainha) - Sr. Deputado, esta Presidência gostaria de fazer um esclarecimento, para responder as duas questões de ordem levantadas.

A primeira, do Deputado Onofre Santo Agostini, que pediu e depois retirou o pedido de suspensão da sessão, o que não seria feito, porque há *quorum* para que a sessão tenha seqüência.

A segunda, do Deputado Adelor Vieira, eu devo dizer que o tempo constante no Regimento Interno inclui também os apartes. Por isso, V.Exa. tem mais um minuto para fazer a sua conclusão, Deputado Luiz Herbst.

O SR. DEPUTADO LUIZ HERBST - Concluindo, então, a Da Granja discorda do despacho, mas se o Estado voltar a conceder esse regime especial, que é normal, que existia há muito tempo e era assim utilizado, voltaria imediatamente a trabalhar no Planalto Norte, reintegrando os integrados que dela fazem parte.

Caso contrário, ela não volta mais a trabalhar em Santa Catarina, irá fazer os seus trabalhos em São Paulo e no Paraná, onde tem esse regime especial.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Adelor Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente, quero oferecer ao Deputado Luiz Herbst a possibilidade de utilizar o microfone de aparte, a fim de que possa concluir o seu pensamento.

O Sr. Deputado Luiz Herbst - Obrigado, Deputado Adelor Vieira.

Eu já tinha, praticamente, encerrado o assunto, mas volto a repetir que enquanto não se tiver uma decisão final, estarei em todas as sessões desta Assembléia Legislativa colocando o assunto.

Quero aproveitar a oportunidade para agradecer aos Deputados de todas as Bancadas que estão nos apoiando e apoiando o Planalto Norte, que também está agradecido.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de registrar que, na última sexta-feira, o Governo do Estado, na pessoa do Vice-Governador, Dr. Paulo Roberto Bauer, esteve em Joinville, e naquela oportunidade foram assinados convênios entre a Secretaria de Estado da Educação e Desporto e algumas entidades que trabalham e atendem crianças na faixa etária de 0 a 6 anos.

Eu creio que é importante fazer este registro, porque há bastante tempo essas entidades vinham sofrendo por falta de recurso. E

não vou aqui tecer maiores comentários aos problemas que surgiram em relação a essa falta de recurso no Governo anterior, mas enaltecer o trabalho deste Governo neste particular, o qual, ouvindo o clamor das entidades quanto ao atendimento a essas crianças, bem como a reivindicação de vários Deputados que lhe dão sustentação nesta Casa, urgenciou a liberação de recursos a fim de assegurar a continuidade de atendimento às crianças na faixa de 0 a 6 anos.

Eu, o Deputado Nilson Gonçalves e o Deputado João Rosa acompanhamos o nosso Vice-Governador, que também visitou as obras de reforma do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, juntamente com o Secretário Eni Voltolini.

Participamos, ainda, da reunião que levou para a nossa região os convênios a que me referi anteriormente, os quais ficaram assim distribuídos: cinco para Joinville, dois para Araquari e um para Jaraguá do Sul.

Quanto aos valores, ficaram assim distribuídos: Joinville, R\$77.700,00; Araquari, R\$28.416,00; Jaraguá do Sul, R\$23.088,00, totalizando R\$129.234,00.

É bom ressaltar que, além desses convênios, o Governo do Estado também celebrou convênios com os centros comunitários. Então, outras instituições deverão receber idênticos benefícios, e esperamos que não demorem a chegar, porque a área social precisa de um atendimento especial. As pessoas que administram as entidades filantrópicas e educacionais sem fins lucrativos fazem seu trabalho com amor e por amor, por isso necessitam de apoio dos órgãos governamentais.

Gostaria, ainda, de reafirmar que estamos elaborando os preparativos para o fórum que pretendemos realizar nesta Casa no dia 9 de junho, para levantar dados e poder realizar, no menor espaço de tempo possível, uma grande cruzada antidrogas em Santa Catarina. E já estamos contactando as Secretarias da Saúde, da Educação, da Família, da Segurança Pública e da Justiça, a Polícia Federal, a Patrulha Rodoviária Federal e as demais entidades que trabalham na recuperação e na prevenção desse problema tão grave como é o das drogas.

Portanto, no dia 9 de junho, das 9h às 12h, iremos aqui, no Plenário, traçar metas, levantar dados e colher sugestões para se fazer essa grande cruzada.

Gostaríamos, também, de apresentar ao Governador uma macroproposta visando à solução desse problema. Para se ter uma idéia, tenho aqui a entrevista do Dr. Milton Bairos da Rosa, delegado da Polícia Federal em Joinville, que diz o seguinte:

(Passa a ler)

"Joinville é pólo de distribuição de drogas. Até centros urbanos bem maiores, como Curitiba, se abastecem em Joinville.

Joinville é considerada, pela Polícia Federal, um pólo de distribuição de drogas. O delegado da Delegacia de Polícia Federal em Joinville, Dr. Milton Bairos da Rosa, afirma ainda: 'Todas as escolas da cidade, sem exceção, têm problemas com o uso de drogas em seus estabelecimentos ou próximo aos seus portões'.

Desde a instalação da delegacia em Joinville, em novembro de 96, foram apreendidos 689 quilos de maconha e 186 quilos de cocaína pura(...)

O que está preocupando ainda mais as autoridades é a confirmação do consumo de heroína. Mostrando um pequeno frasco contendo esta poderosa droga, que foi encontrada pela mãe junto aos pertences

peçoais de um adolescente, o delegado avisa: 'De cada dez viciados em heroína que buscarmos o tratamento, quatro morrerão se não continuarem consumindo, pela dependência orgânica. Outros quatro também morrerão, pela dependência psicológica. Os dois restantes não conseguirão se livrar da droga'."

Srs. Deputados, muitas vezes não temos conhecimento nem percebemos que nossos familiares, quem sabe até nossos filhos, estão envolvidos com drogas. Por isso, queremos ter mais conhecimento a esse respeito e buscar, também, nessa campanha, a solução para os problemas. Precisa haver uma ação mais intensa das Polícias Civil, Militar e Federal, como também um trabalho na recuperação daquelas pessoas, daqueles adolescentes que hoje já se encontram nesse caminho. É difícil, mas com amor, com dedicação, pode-se conseguir algum resultado ainda.

Por último, gostaria de tratar da questão da prevenção. Haverá uma grande campanha nas escolas, nas comunidades, nas associações, nos clubes de serviços, com professores e palestrantes sendo treinados, a fim de terem condições e conteúdo para levar à nossa juventude, principalmente, uma mensagem no sentido de que é melhor prevenir do que remediar, de que existe algo melhor que a droga.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros seis minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Deputado Francisco de Assis, Líder do PT.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, profissionais da imprensa e funcionários da Casa, assomo à tribuna no dia de hoje para tecer alguns comentários sobre as notícias veiculadas na imprensa acerca do pagamento dos salários atrasados dos servidores públicos do nosso Estado.

Essas notícias dão conta que o Governo do Estado, através do seu Secretário, fez uma proposta, no mínimo, indecente aos servidores públicos, o parcelamento em 40 meses dos três meses de salário atrasado.

Já houve manifestação nesta Casa. Inclusive, estava lendo nos jornais de hoje a manifestação da Bancada governista, por muitos de nós considerada brincadeira de mau gosto, falta de compromisso do Governo para com os servidores públicos.

Penso até que o assunto, pela importância e relevância que tem, no que se refere ao respeito para com os servidores públicos do Estado, não deva ser discutido ou debatido apenas por um grupo de Deputados ou por alguns Partidos, mas, sim, pelos 40 Deputados, porque, afinal de contas, é o servidor público do Estado que está sofrendo com esse atraso, pois precisa saldar seus compromissos mensais de sobrevivência.

Esta Casa das Leis tem que cobrar uma medida urgente do Governo do Estado, que não teve a responsabilidade nem o compromisso de mandar para esta Casa ou apresentar aos servidores públicos uma proposta concreta, decente, viável (e já se passaram mais de quatro meses) para solucionar o problema dos salários atrasados.

A política desenvolvida neste País, não apenas no Estado de Santa Catarina, demonstra o descompromisso e o desinteresse para com o servidor público, independentemente do nível, da categoria de servidor público ou privado.

O Governo Federal, ao anunciar recentemente um aumento de R\$6,00 no salário mínimo, não deixa dúvidas de que não existe preocupação com o trabalhador brasileiro, seja ele da iniciativa privada ou do setor público.

Portanto, esta Casa, não através apenas da Bancada governista, que se manifestou, e nem da Oposição, através deste Deputado e de outros que já fizeram uso da tribuna para falar do mesmo assunto, mas todos os Deputados, deve cobrar uma solução do Governo de Santa Catarina, para que apresente (parece-me que hoje tem uma reunião do Colegiado, quando o Governador estará discutindo o pagamento desses salários atrasados) uma proposta decente para quem trabalha neste Estado, para quem atende a população do nosso Estado, que são servidores públicos estaduais.

Quero pedir, Sr. Presidente, que seja enviado, em nome da Assembléia Legislativa, um requerimento ao Governo do Estado, em nome dos 40 Deputados, para que atenda não a reivindicação mas os direitos que os servidores têm com aquilo que lhes é de mais digno, ou seja, o seu salário.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Eu acho, Deputado Francisco de Assis, que V.Exa. tem toda razão. Ontem à noite, este Deputado, o Deputado Heitor Sché, que é um defensor do funcionalismo público, e outros Srs. Deputados trocaram idéias sobre isso.

O Deputado Heitor Sché e este Deputado vão levar essa preocupação abordada por V.Exa. para a reunião do Colegiado, para a reunião com o Governador.

Não há quem viva com três salários atrasados, pagando juros, correção monetária, juros do cheque nobre, Deputado! Extrapolou o cheque nobre, dizem que o juro é acima de 13% ao mês. Assim, não há servidor público que agüente! Isso vai se tornar uma bola de neve tão grande que o servidor nunca mais vai acompanhar o desenvolvimento do seu aumento, haja vista que está há quatro anos sem aumento.

V.Exa. tem toda razão, mas pode ter certeza de que aqui há vários Deputados que dão sustentação ao Governo defendendo (aliás, todos são!) a categoria que representam. Posso citar o Deputado Heitor Sché, que representa a Polícia Civil, a Polícia Militar; o Deputado Jaime Mantelli, que representa a Polícia Militar também; este Deputado, que representa os serventuários da Justiça, o Juiz de Paz; o Deputado-Presidente, que representa a fiscalização da Fazenda, e assim por diante.

Nos vamos ter uma atitude pesada com o Governo nessa história dos 40 meses, mas acredito que isso é uma brincadeira de mau gosto. Eu acredito, tenho até a sensação, que o Governador vai ser sensível aos apelos deste Parlamento, do sindicato dos funcionários, enfim, da população de Santa Catarina, principalmente dos servidores públicos.

Vamos fazer um apelo (claro que compreendemos a situação dramática que vive a economia brasileira!), mas não adianta querer tirar, como diz o caboclo, pêlo de

barriga de sapo ou leite de pedra. Mas também vamos ter que ter sensibilidade com o servidor público, que não tem culpa disso. Não foi o servidor público que mandou o País entrar nessa economia globalizada. Ele trabalhou, por isso tem que receber com juros e correção monetária, porque está pagando as suas contas com juros e correção monetária! Embora o que ele receba seja com juro e correção monetária oficial, que é zero vírgula não sei o quê, o que ele paga é acima de 18%, aí ele não alcança a máquina nunca!

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DE ASSIS - Essa vontade que o Deputado Onofre Santo Agostini coloca, gostaria que fosse levada ao Governador como sentimento dos 40 Parlamentares, não apenas de um grupo, de um Partido de esquerda ou de direita, ou de quem dá sustentação ou não ao Governo.

E para terminar, Srs. Deputados, gostaria de dizer que quando o Governo mandou para esta Casa a proposta de congelamento de salários, quando a Comissão de Constituição e Justiça rejeitou aquele absurdo, já percebemos o desinteresse, o descompromisso que tinha com o servidor público. Isso tem que ser lembrado ao Governador!

Se essa proposta dos 40 meses realmente é uma proposta do Governo, a nossa preocupação é que chame depois o sindicato para discutir não 40 meses, mas apresente uma nova proposta de 20 meses.

Então, que não admitamos essa situação, nem de 40, nem de 20 nem de dez meses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os Srs. Deputados do PPB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PPB que queiram fazer uso da palavra, os próximos 19 minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Gelson Sorgato.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, foi levantada aqui uma questão sobre a região de Mafra, e, através da articulação feita pelo Deputado Onofre Santo Agostini, queremos comunicar que estaremos com o Secretário da Fazenda na segunda-feira, às 17h, tratando sobre a questão Da Granja.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Nobre Deputado, veja como a Comissão da Agricultura é atuante. Foi dito aqui que deveríamos marcar uma audiência com o Secretário, e já marcamos essa audiência para segunda-feira, quando discutiremos este assunto de muita importância para o Planalto Norte de Santa Catarina.

Mais uma vez direi o adágio popular da minha região: "tiro dado, bugio deitado".

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Agradecemos a presteza do Presidente da Comissão de Justiça, que foi o interlocutor.

Estão, convidados os membros da Comissão da Agricultura e os Parlamentares que representam as regiões Norte e Nordeste para uma reunião na segunda-feira, às 17h, com o Secretário da Fazenda.

Srs. Deputados, hoje o jornal Diário Catarinense traz uma reportagem sobre o aumento da prestação da casa própria.

Levantamos aqui essa questão porque nos Municípios que têm conjuntos habitacionais financiados pela Caixa Econômica Federal o mutuário não está conseguindo mais pagar a prestação.

Nos últimos doze meses, a TR aumentou 8,09% e o INPC 3,88% mas, no entanto, várias categorias de trabalhadores tiveram reajuste zero. No acumulado, entre 1º de maio até agora, a situação ainda é mais complicada: enquanto a TR soma alta de 28,17%, o INPC teve reajuste bem menor, 13,55%.

Então, a pessoa que não está tendo correção no seu salário, não tem como pagar as prestações.

Temos, por exemplo, o caso de uma professora que em 1999 adquiriu sua moradia por R\$14 mil, com uma prestação inicial de R\$168,00. Em julho de 97, o saldo devedor já estava em R\$20 mil e a prestação em R\$254,00. Essa professora desistiu de pagar e perdeu o imóvel, e disse que sabe que o dinheiro que investiu até então não terá de volta.

Encaminharei à Mesa um documento, a fim de que possamos discutir a situação da moradia em Santa Catarina, tanto de conjuntos habitacionais como de particulares, que foi financiada pela Caixa Econômica Federal, para que o mutuário possa renegociar a dívida.

Na minha cidade, por exemplo, temos problemas com o financiamento de conjuntos habitacionais em que o Município entrou com o imóvel, fez a terraplanagem, ajudou, contribuiu, mas o mutuário, que ganha um ou dois salários mínimos, não tem condições de pagar uma prestação que chega ao valor de um salário mínimo.

Temos que discutir este assunto em favor daquele que deseja ter a sua casa própria, Srs. Deputados!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Nobre Deputado, V.Exa. traz aqui hoje um problema muito sério.

Em Concórdia, também estamos com esse mesmo problema. Em 1991, o então Governador Wilson Kleinübing iniciou um núcleo habitacional no Município de 404 unidades. Há mais de 15 anos aguardávamos esse investimento.

A empreiteira, quando ganhou a concorrência, Deputado Gelson Sorgato, já sabia que tinha problemas financeiros, que não teria condições de executar aquela obra, mas iniciou a obra, e, de fato, deu um prejuízo muito grande aos empresários de Concórdia, que ofereceram material.

No Governo Paulo Afonso, tiveram que anular o contrato e dar para uma segunda empresa. E das 404 unidades, Deputado, mais da metade está vazia, porque os mutuários, aquelas pessoas que compraram os imóveis, não conseguem pagar, por isso estão desistindo. A cada dia que passa, mais pessoas perdem aquilo que pagaram.

Nós enviamos, Deputado Gelson Sorgato, há poucos dias, um pedido de informação à Cohab, que nos informou que o Governo anterior deixou esses imóveis para a Caixa Econômica, o que não é verdade, pois no Governo anterior quem financiou os imóveis foi a Caixa Econômica.

Nós sabemos que da maneira como foi concluída a obra, da maneira com que a obra prosseguiu, hoje o preço é insuportável.

Enquanto há tanta gente que não tem onde morar, nós temos, no Município de Concórdia, mais de duzentos apartamentos fechados, que estão sendo depredados e que pertencem - é claro que foi a Caixa Econômica que financiou - à Cohab.

Eu acho que a Cohab, nesse caso, precisa participar, resolver o problema, ou seja, espichar o prazo de pagamento ou tentar fazer um investimento junto à Caixa para diminuir a prestação.

Como V.Exa. já levantou aqui, há quatro anos a maioria dos mutuários não tem reajuste salarial nenhum, e nestes quatro anos os juros aumentaram, e os mutuários não conseguem mais pagar.

Precisamos, nobre Deputado, encontrar uma solução, a fim de que esses financiamentos possam ser suportados pelos mutuários.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Nós agradecemos a sua intervenção, Deputado Moacir Sopelsa!

Nós queremos colocar que se a Cohab repassou os contratos ou tem uma venda para a Caixa Econômica com a sua aquisição e hoje a sua cobrança, a Assembléia Legislativa tem o dever de alertar, de procurar intermediar.

Nós vamos encaminhar um documento à Caixa Econômica para saber quantos mutuários em Santa Catarina estão inadimplentes, quantos estão indo para a Justiça buscar os seus direitos ou estão perdendo os seus imóveis, para que possamos fazer uma ação conjunta no sentido de buscar, juntamente com a associação dos mutuários, uma solução.

Precisamos trazer aqui uma comissão da Caixa Econômica para discutir esse assunto. Nós precisamos buscar uma solução para os mutuários.

A Assembléia Legislativa tem a obrigação de discutir esse assunto!

Eu quero levantar ainda, Srs. Deputados, mais uma questão sobre o Oeste de Santa Catarina. Temos mais uma notícia sobre a Secretaria do Oeste, que não sai do papel.

Essa é uma situação que se arrasta há muitos anos. Qual era a função da ex-Secretaria dos Negócios do Oeste, qual era o seu papel no passado? Ela teve um papel fundamental, que era o desenvolvimento dos Municípios do Oeste, abria estradas, fazia um trabalho objetivo, direto, em convênio com os Municípios.

Posteriormente, ela foi se levantando, era a única Secretaria que tinha uma função fora da Capital.

A Secretaria do Oeste foi extinta, mas mais tarde retornou, só que sem aquele poder de fogo necessário que os oestinos queriam.

Passo a ler, agora, parte de uma nota em que o Secretário da Casa Civil, Celestino Secco, afirma:

(Passa a ler)

“O Oeste não é prioridade e o Governo não tem como enviar projeto de lei criando nova unidade orçamentária antes de estabelecer diretrizes para o pagamento dos salários atrasados. Não há nisso nenhuma falta de respeito ao pessoal do Oeste”. A Casa Civil, inclusive, participou da elaboração dos projetos, da estrutura administrativa e funcional da futura Secretaria do Oeste.”

Então, qual é a função da ex-Secretaria dos Negócios do Oeste? Articular ações políticas, receber solicitações de Prefeitos, garantir assinaturas de convênios?

Garantir assinatura de convênio, Srs. Deputados?! Eu acredito que não há necessidade disso! Para assinatura de convênio, o Secretário de outra Secretaria pode se deslocar daqui para Chapecó, os convênios podem ser assinados lá.

O Oeste não está pedindo isso, e reafirma também que para os Prefeitos fazerem as suas solicitações - e nós sabemos que a função do Secretário do Oeste é articular, chegar a uma conclusão...

Com isso nós queremos que a Secretaria e o Secretário nomeado, que depois voltou em função, Deputado Milton Sander... E aqui ele está sendo claro, dizendo que não ficará magoado com o Governo, que não irá brigar, que não irá discutir e que será fiel ao Governo. Mas se a sua nomeação não sair do papel, ele ficará nesta Casa como Deputado.

Eu tenho a convicção de que o Oeste de Santa Catarina não é uma questão da Secretaria, do Governo ou do seu representante, o ilustre Deputado Milton Sander.

Nós precisamos lutar para que o Oeste de Santa Catarina tenha a sua representação nesta Casa e para que se crie uma frente Parlamentar, seja ela cooperativista, seja ela uma frente Parlamentar do Oeste de Santa Catarina em defesa daquela região que está sendo praticamente abandonada das atenções do Governo de Santa Catarina. Nós precisamos fazer com que se dê um tempo limitado para que este Governo possa agir no Oeste de Santa Catarina com as ações necessárias para a solução dos problemas. Temos obras para dar continuidade.

E aqui neste Parlamento, nesta Assembléia Legislativa, muito foi dito do Governo anterior, que iniciou obras e não foram concluídas. E lá a Secretaria do Oeste terá a função de analisar, de reivindicar a conclusão dessas obras.

Nós precisamos, Deputado Romildo Titon, não só no Oeste, mas em todo o Estado de Santa Catarina, fazer com que o Governo atual dê continuidade às obras iniciadas pelo Governo passado, porque lá foram aplicados recursos. Se há algumas obras em que houve algum deslize ou desvio de recursos, que seja apurado e os culpados sejam condenados.

Então, como eu disse, que o Governo dê continuidade às obras iniciadas, porque senão daqui a pouco nós vamos ficar sem a conclusão do contorno de Chapecó e sem a conclusão do contorno de Xanxerê.

Como se falou aqui, as estradas que dão acesso a Xaxim, Lageado Grande, Marema, se não forem pavimentadas com asfalto, que sejam executadas com paralelepípedo, com pedras irregulares. O Oeste de Santa Catarina tem que levantar a sua voz neste Parlamento e também solicitar as obras necessárias!

Por isso faço hoje aqui, em defesa do Deputado Milton Sander, não uma crítica, mas uma observação para que os Parlamentares, independente de cor Partidária, possam se reunir e fazer uma ação em defesa do Oeste de Santa Catarina para que essas obras iniciadas pelo Governo anterior continuem lá no Oeste e no Estado de Santa Catarina.

Encerro o meu pronunciamento e espero retornar a esta Tribuna para falar do Oeste de Santa Catarina, da suinocultura, da avicultura, da agricultura familiar; para falar em defesa da habitação do Oeste de Santa Catarina, de obras em todo o Estado, sejam elas no Sul, no Norte, na Região Serrana, no Oeste ou aqui na Grande Florianópolis. Nós temos que nos unir em defesa dos interesses de Santa Catarina!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PFL que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar nº 02/99 de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini...

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. Presidente, como Autor, solicito a retirada da matéria da pauta da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Esta Presidência concede a retirada da matéria.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito Municipal de Tubarão e ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tubarão, apresentando cumprimentos à população do referido Município pela passagem dos 129º aniversário de sua fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Sandro Tarzan, a ser enviada ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando a recuperação, a sinalização e a iluminação da Serra do Rio do Rastro, Rodovia Ireneu Bornhausen.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento de autoria do Deputado Jaime Mantelli, que solicita a programação, em dia e hora posteriormente fixados, de audiência pública específica no âmbito da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo para debater sobre a adequação do calendário escolar com as condições necessárias ao melhor aproveitamento das potencialidades turísticas do Estado. Requer, outrossim, com fundamento no arts. 124 e 246 do Regimento Interno, a convocação para esta audiência do Secretário do Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul e a expedição de convites, por parte da Comissão de Transportes, Desenvolvimento Urbano e Rural e Turismo, à Presidência da Santur, aos Prefeitos e Secretários de Turismo dos Municípios de Florianópolis, Balneário Camboriú, Itapema, São Francisco do Sul, Garopaba, Penha, Porto Belo, Bombinhas, às Diretorias da Fecam - Federação Catarinense das Associações dos Municípios -, à Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, à Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí, à Associação dos Municípios da Região de Laguna, à Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina, às Associações Comerciais e Indústrias e Câmaras de Dirigentes Lojistas de todos os Municípios supra citados, à Protur de Florianópolis e à Direção da Escola Superior de Hotelaria e Turismo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Jaime Mantelli, solicitando a programação, em dia e hora posteriormente fixados, de audiência pública específica no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Desporto para debater sobre a adequação do calendário escolar com as condições necessárias ao melhor aproveitamento das potencialidades turísticas do Estado. Requer, outrossim, com fundamento no arts. 124 e 246 do Regimento Interno, a convocação para esta audiência da Secretária de Estado da Educação e do Desporto e a expedição de convites, por parte da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, aos Prefeitos e Secretários de Educação dos Municípios de Florianópolis, Balneário Camboriú, Itapema, Laguna, São Francisco do Sul, Garopaba, Penha, Porto Belo, Bombinhas, às Diretorias da Fecam - Federação Catarinense das Associações dos Municípios -, Granfpolis - Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis -, à Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí, à Associação

dos Municípios da Região de Laguna, à Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina, às Diretorias do Sindicato dos Trabalhadores da Educação, ao Sindicato das Escolas Particulares, aos Reitores da Universidade Federal de Santa Catarina, da Udesc, da Acafe, e à Direção da Associação das Faculdades Particulares.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente, eu quero informar que ontem foi deliberado na Comissão de Educação desta Casa um requerimento de autoria do Deputado Sandro Tarzan sobre a mesma matéria.

Então, a título de informação, queremos dizer que nós já deliberamos ontem, já marcamos a data de 16 de junho para a realização de uma audiência pública na Comissão de Educação, com a presença dessas autoridades propostas pelo Deputado Jaime Mantelli e de outras, inclusive, que acrescentou o Deputado Sandro Tarzan.

Então, a título de informação já está deliberada, por proposição do Deputado Sandro Tarzan, esta matéria.

O Sr. Deputado Jaime Mantelli - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jaime Mantelli.

O SR. DEPUTADO JAIME MANTELLI - Quero fazer uma proposta de encaminhamento, então, Sr. Presidente, para que esse requerimento seja anexado àquele. E a decisão da Comissão de Educação contempla o objetivo, sem dúvida nenhuma.

A nossa proposta, porque são dois requerimentos que têm a mesma finalidade, é que os assuntos sejam discutidos cada um no seu âmbito, ou seja, as autoridades e os técnicos em turismo vão discutir esse assunto numa audiência específica e a educação vai discutir os aspectos da educação, para viabilizar esse projeto, no âmbito da Comissão de Educação.

Por isso há necessidade de duas audiências públicas, na nossa avaliação, para que o assunto possa ser debatido dentro de cada área com a profundidade que seja necessária.

Mas eu fico satisfeito em saber que já tem a data marcada para uma audiência pública com esse objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Heitor Sché) - Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Será atendida a solicitação do Autor.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Afonso Spaniol, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro dos Transportes e Obras, pedindo a continuação da BR-158, no trecho Maravilha-Campo Eré.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Diretor-Presidente da Petrobrás, pedindo que sejam decretados estudos e providências para que a Petrobrás apóie a realização do 3º Florianópolis Audiovisual Mercosul, a realizar-se de 30 de maio a 04 de junho na Capital.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Ranzolin e outros, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, pedindo estudos para a verificação da possibilidade de instalação, no Município de Lages, de uma usina termoelétrica movida a gás natural, fazendo-se, para tal, o aproveitamento de expansão do gasoduto Bolívia/Brasil, através de ramal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da Deputada Ideli Salvatti a ser enviado ao Secretário da Segurança Pública, através do Governador do Estado, para saber quais as providências tomadas frente aos dois boletins de ocorrência registrados na 1ª Delegacia de Polícia de Florianópolis por José Carlos Maciel e Marcos Valério Rios, quando por ocasião da operação "varredura" das Polícia Militar e Civil.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Luiz Herbst, a ser enviada ao Governador do Estado, pedindo providências que atenuem as exigências para a concessão do regime especial, previsto no anexo 6, do Regulamento do ICMS.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Milton Sander, a ser enviada ao Chefe do Poder Executivo, pedindo providências

urgentes visando a suspensão imediata da fiscalização e apreensão da erva-mate com adição de açúcar, até regulamentação oficial da matéria por parte do Ministério da Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado João Rosa, a ser enviada ao Chefe do Poder Executivo, pedindo que seja determinado às Secretarias da Educação e do Desporto e da Segurança Pública a realização de estudos visando a implantação, nos estabelecimentos escolares da rede pública estadual, de um programa de emissão de cédulas de identidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Altair Guidi, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário da Fazenda, pedindo a criação de um programa para melhorar a arrecadação estadual, incentivada com a possibilidade de o contribuinte se beneficiar com a troca da nota fiscal por ingressos para eventos esportivos e culturais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Sandro Tarzan, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário da Segurança Pública, pedindo a adoção de medidas para a fiscalização sobre o porte irregular de armas, mediante campanhas de conscientização e de *blitz*.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sra. Deputada Ideli Salvatti, a ser enviada ao Chefe do Poder Executivo, pedindo a criação e a implantação da Casa da Cultura Africana de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Adelar Vieira, a ser enviada ao Governador do Estado, com cópia ao Comandante-Geral da Polícia Militar, pedindo que seja estudada a possibilidade de implantação de um posto policial no Distrito de Itapocu, no Município de Araquari.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Sr. Deputado Adelar Vieira, a ser enviada ao Chefe do Poder Executivo, pedindo que seja estudada a possibilidade de liberar recursos para a execução da cobertura e do fechamento lateral do ginásio de esportes do Centro de Ciências Tecnológicas da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - Udesc/ Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Afonso Spaniol, a ser enviada ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes e Obras, solicitando a alocação de recursos para a pavimentação da rodovia de acesso ao Balneário de Ilha Redonda, no Município de Palmitos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado da Justiça e Cidadania e ao Desembargador Corregedor, solicitando providências no sentido de que sejam realizadas tratativas para ser solucionado o impasse decorrente da transferência de 60 presidiários de alta periculosidade da Penitenciária de Florianópolis para o Presídio de Tijucas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Ronaldo Benedet, a ser enviada ao Secretário Estadual de Educação e do Desporto, solicitando a perfuração de um

poço artesiano e a construção de uma sala de aula na Escola Básica Alice Júlia Teixeira, no Município de Sangão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Luiz Herbst, a ser enviada ao Secretário de Estado da Agricultura e ao Diretor-Presidente da Cidasc, solicitando que seja verificada a possibilidade da cobrança da perfuração do poço artesiano na localidade de São Lourenço, no Município de Mafra.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Jaime Duarte, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando que a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania inclua o programa de agentes de saúde como atividade de assistência à saúde da população do sistema penitenciário e prisional do Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Indicação de autoria do Deputado Jaime Duarte, a ser enviada ao Governador do Estado, solicitando que a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania amplie o sistema de informação de preços de referência do Programa Estadual de Defesa do Consumidor - Procon, com inclusão de medicamentos e produtos de farmácia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Herneus de Nadal, a ser enviada ao Governador do Estado de Santa Catarina, manifestando a mais eloquente rejeição a qualquer proposta vetorizada à tributação das microempresas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do Deputado Gelson Sorgato e demais membros da Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia, a ser enviado ao Presidente da República, ao Ministro da Agricultura, ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República, aos Senadores, aos Deputados Federais de Santa Catarina, ao Governador do Estado de Santa Catarina e ao Secretário de Estado da Agricultura, solicitando que sejam adotadas medidas para viabilizar a aprovação do programa proposto pelo Banco Cooperativo do Brasil S/A - Bancoob, encaminhado a essa Casa Civil pelo Ministério da Agricultura.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação de autoria dos Deputados Jaime Mantelli e demais membros da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa, a ser enviado ao Governador do Estado de Santa Catarina, solicitando a relação de convênios realizados entre o Governo do Estado de Santa Catarina e as Prefeituras Municipais para a aquisição de equipamentos e realização de obras nos últimos cinco anos, com a respectiva data e cronograma de liberação das parcelas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria dos Deputados Jaime Mantelli e demais membros da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa, a ser enviado ao Governador do Estado de Santa Catarina, solicitando a relação de todas as verbas repassadas às Fundações Educacionais do Estado de Santa Catarina nos últimos cinco anos, com a respectiva data e cronograma de liberação das parcelas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do Sr. Deputado Pedro Uczai, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos referentes aos valores da receita bruta e receita líquida disponível do Estado e aos valores correspondentes aos percentuais definidos no art. 19 da Lei nº 10.885, de 10 de agosto de 1998.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do Sr. Deputado Herneus de Nadal, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos referentes à dívida pública e aos valores repassados a diversas entidades.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos referentes ao convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Administração e a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato, a ser enviado ao Governador do Estado, contendo quesitos referentes aos financiamentos, através do Badesc, destinados à expansão e à melhoria da atividade leiteira.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da próxima sessão:

Requerimentos nº 367 de autoria do Deputados Luiz Herbst, ao Presidente da Comissão de Agricultura, e nº 368 de autoria da Bancada do PMDB, ao Presidente do Banco Central.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para segunda-feira, à hora regimental.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 684/99

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - **CONSTITUIR COMISSÃO**, formada pelos servidores JOSÉ BUZZI, matrícula 0743, AURÉLIO SANTOS PEREIRA, 2943 E ADENAU DILMAR FRANKE, 2582, todos do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para no prazo de 15 (quinze) dias, estudar as pendências referentes ao contrato com a PHS - Engenharia de Projetos Ltda.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 02/06/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 685/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - O Auxílio-Educação constante da Resolução nº 1.250/94, de 12/09/94, será concedido aos servidores efetivos e comissionados da Assembléia Legislativa atendendo-se:

I - os que tenham filhos com idade até 14 anos e estejam matriculados em estabelecimentos particulares de ensino de sua livre escolha, cumprindo os seguintes requisitos:

- a) percebam remuneração bruta mensal de até R\$ 3.000,00 (três mil reais);
- b) que o cônjuge ou companheiro(a) não receba Auxílio-Educação ou similar, comprovado através de declaração do órgão patronal.

II - aqueles matriculados em estabelecimentos de ensino superior que estejam freqüentando cursos de graduação em áreas afins com as atividades da Assembléia Legislativa, tais como: Ciências Jurídicas, Ciências Humanas e Sociais, Ciências Contábeis, Jornalismo e Informática.

Art. 2º - O número de vagas fica estabelecido em 320 (trezentos e vinte);

Parágrafo Único - Na distribuição das vagas será observado:

- a) 150 (cento e cinquenta) para alunos da faixa etária de 0 (zero) a 06 (seis) anos;
- b) 150 (cento e cinquenta) para alunos de faixa etária de 07 (sete) a 14 (quatorze) anos;
- c) 20 (vinte) para a condição prevista no item II, do art. 1º, da presente Resolução.

Art. 3º - O Auxílio-Educação será de 01 (um) por funcionário, utilizando-se o critério da menor remuneração.

Art. 4º - O valor mensal do Auxílio-Educação será de R\$ 110,00 (cento e dez reais) por aluno matriculado, reajustado no início de cada ano, de acordo com a média de reajuste praticados pelas escolas particulares de ensino.

Parágrafo Único - O valor a que se refere este artigo deverá ser repassado integralmente ao funcionário beneficiado com o auxílio.

Art. 5º - Os servidores à disposição de outros órgãos ou que estejam de licença sem vencimentos, ficam excluídos do direito de percepção.

Art. 6º - O benefício de que trata esta Resolução, será pago mediante convênio firmado entre a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e a Associação dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - AFALESC, que adotará as medidas necessárias à sua distribuição.

Art. 7º - No período de vigência do convênio referido no art. 6º, ocorrendo impedimento ao direito de percepção, haverá o cancelamento automático e a redistribuição do auxílio.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Ficam revogadas as Resoluções nºs 436/96, 696/96 e 083/97 e demais disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde, em 02/06/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 686/99

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar Ponto Facultativo para os servidores do Poder Legislativo, o próximo dia 04 de junho, sexta-feira.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, em 02/06/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Adelor Vieira - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 687/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - **AUTORIZAR** a aquisição de 01 (uma) placa de latão - 21x30cm, em homenagem à RBS - TV, pelos seus 20 anos, oferecida em Sessão Solene nesta Assembléia Legislativa.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Resolução, correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Legislativo, Item 3120.00.21.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/06/99.

Palácio Barriga-Verde, em 02/06/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 688/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **LAÉDIO SILVA**, matrícula nº 3145, do cargo de Coordenador de Atividades Legislativas, código PL/DCA-4, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, **REVOGAR** a Resolução nº 992, de 14/07/97, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 01/06/99 (Deputado Volnei Morastoni).

Palácio Barriga-Verde, em 02/06/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 689/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

de conformidade com o Termo de Convênio nº 001/99, celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cedência recíproca de servidores,

COLOCAR À DISPOSIÇÃO do Gabinete do Vice-Governador, **RICARDO BULCÃO VIANNA**, matrícula nº 2055, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código ATS/11-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com ônus para este Poder, a partir de 01/06/99.

Palácio Barriga-Verde, em 02/06/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 690/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **MICHAEL CLEVER**, matrícula nº 3253, do cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 1º/06/99 (Deputada Odete Prestes do Nascimento).

Palácio Barriga-Verde, em 02/06/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 691/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **KARINA GONÇALVES EUZÉBIO**, matrícula nº 3330, do cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 0665, de 11/05/99, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º/06/99 (Deputada Odete Prestes do Nascimento).

Palácio Barriga-Verde, em 02/06/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 692/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR, **KARINA GONÇALVES EUZÉBIO**, Matrícula nº 3330, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 1º/06/99 (Deputada Odete Prestes do Nascimento).
Palácio Barriga-Verde, em 02/06/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

RESOLUÇÃO Nº 693/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA JOSÉ WERNER SALLES**, matrícula nº 1530, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 25/05/99.

RESOLUÇÃO Nº 694/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **VALDA NEUZA ALBANI**, matrícula nº 1897, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 90 (noventa dias) dias, a partir de 09/05/99.

RESOLUÇÃO Nº 695/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar) a **ROSELI TEREZINHA G. DE SOUZA**, matrícula nº 0989, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 60 (sessenta) dias, a partir de 24/05/99.

Palácio Barriga-Verde, em 02/06/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA .

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de hum mil, novecentos e noventa e nove, às oito horas, reuniram-se em reunião ordinária os senhores Deputados da Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia para deliberarem sobre assuntos de pauta. Presente todos os Deputados da Comissão, o senhor Presidente Gelson Sorgato abriu a sessão colocando em votação as atas da oitava reunião ordinária e a quinta reunião extraordinária. Ambas foram aprovadas por unanimidade. A seguir, o senhor Presidente procedeu a leitura dos expedientes, ficando aprovado o envio de correspondência ao Núcleo de Suinocultores de Tunápolis, dando ciência das providências tomadas pela Comissão em favor da Suinocultura Catarinense. O assunto seguinte versou sobre a questão do ICMS sobre transporte de animais, apresentada pelo Deputado Luiz Herbst. Ficou definido que a Comissão vai aguardar a resposta da Secretaria da Fazenda. Quanto a cópia da Moção apresentada pela Câmara de Vereadores de Rio das Antas, o senhor Presidente recomendou à Secretaria fosse feito o registro e o encaminhamento pertinente à matéria. Dando prosseguimento, o senhor Presidente levantou a necessidade de encaminhamento das questões do PRONAF e da Suinocultura, sugerindo a elaboração de requerimento solicitando providências ao Ministério da Agricultura, Fórum Parlamentar Catarinense e Ministério da Fazenda para viabilização desses Programas. Sugeriu a formação de uma missão composta por membros da Comissão para entregar em mãos às autoridades em Brasília. O Deputado Onofre Santo Agostini sugeriu a inclusão da Secretaria da Agricultura para reforçar os pleitos. O Deputado Sopesa propôs que o Fundo de Aval a ser criado tenha a

participação do agricultor também. A seguir, o Deputado Neodi Saretta apresentou os membros da "Frente da Agricultura Familiar", convidados a participar da reunião. Foram os senhores Antonio Colussi do STR/Concórdia, a senhora Sandra Berganin, da Comissão de Jovens da FETRAPESC, Francisco Geremias da FETRAPESC e Tomé Coletti, do Forum Sul/CUT. Fazendo uso da palavra a representante da "Jornada Frente Sul", senhor Francisco Geremias, falou sobre a pauta de reivindicações dos agricultores familiares, solicitando a regulamentação e aprovação de leis, a anistia do Crédito de Emergência, do Crédito de Custeio para a cultura do feijão da última safra, da questão do financiamento das vacas leiteiras, do crédito para o Fundo de Desenvolvimento Rural, do Seguro Agrícola, do Serviço Público Agrícola, das pequenas agroindústrias, do ensino público, saúde e transporte escolar. Sobre a Pauta Nacional, o senhor Tomé Coletti falou dos projetos que viabilizem a Agricultura Familiar em negociação em Brasília; da questão do endividamento agrícola, da necessidade de reestruturação do processo de produção agrícola, do PRONAF com subsídios diferenciados e da necessidade de uma análise do todo o conjunto de problemas que vive a agricultura incluindo a renda familiar. O Presidente Gelson Sorgato concordou com as reivindicações e conclamou os demais membros da Comissão para acompanharem os integrantes da "Frente Familiar" na entrega do documento à Mesa da Assembléia Legislativa. O Deputado Neodi Saretta fez referência aos projetos em tramitação na Assembléia constantes da pauta de reivindicações e explicando a situação dos mesmos. O Presidente Gelson Sorgato esclareceu aos presentes o encaminhamento do Pedido de Informações sobre o financiamento das vacas leiteiras, do Projeto de Lei da Pequena Agroindústria encaminhado para Sanção do Senhor Governador, do pedido de anistia ao Crédito de Emergência, da proposta da Secretaria da Agricultura para tomar os recursos do Crédito de Emergência, retidos no Banco do Brasil, deixou claro que não concorda com a transferência desses recursos ao Fundo da Secretaria de Estado da Agricultura. O Deputado Mantelli sugere que os itens referentes aos pleitos da educação e saúde sejam encaminhados através de requerimento da Comissão às Secretarias competentes. Sobre os produtos transgênicos, o Deputado Mantelli, relator de um dos projetos argumentou que está recolhendo subsídios para apresentar um parecer bem consubstanciado que possa servir de base

para outras discussões. Retornando ao assunto do Programa de Revitalização da Suinocultura e do PRONAF, o Presidente Gelson Sorgato indagou sobre a melhor forma de encaminhamento destas questões em face da vinda do Presidente da República à Santa Catarina no próximo mês. O Deputado Milton Sander relatou que uma missão preparatória da Presidência da República esteve em Chapecó confirmando que o Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso chegará naquela cidade no dia oito de junho, às doze horas, de onde se encaminhará para Seara, juntamente com o Ministro da Agricultura para liberarem recursos do Banco da Terra e do PRONAF. Face ao fato, ficou deliberado à Secretaria para fazer os contatos com a finalidade de agendar audiência com o senhor Presidente da República. O Deputado Jaime Mantelli colocou-se à disposição da Comissão em Brasília e sugeriu incluir outros itens das reivindicações tiradas da Pauta da Frente Sul da Agricultura Familiar. O Deputado Milton Sander prontificou-se para negociar o espaço para a Comissão de Agricultura na agenda oficial do Presidente da República via Casa Militar do Palácio do Governo. O Presidente Gelson Sorgato autorizou o Deputado Milton Sander a negociar a agenda em nome da Comissão. Na mesma oportunidade, reforçou o convite para a reunião com os Presidentes das Comissões de Agricultura do Paraná e Rio Grande do Sul, no dia primeiro de junho. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Osmar Alcides da Conceição, lavrei presente ata, a qual, após lida e aprovada será por todos assinada.

Deputado Gelson Sorgato - Presidente da Comissão
Deputado Neodi Saretta - Vice-presidente
Deputado Moacir Sopelsa - Membro
Deputado Jaime Mantelli - Membro
Deputado Nelson Goetten - Membro
Deputado Onofre Agostini - Membro
Deputado Milton Sander - Membro

*** X X X ***

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia treze do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e nove, sob a Presidência do senhor Deputado Onofre S. Agostini e presente mais os senhores Deputados Reno Caramori, Herneus de Nadal, Ivan Ranzolin, Jaime Mantelli, Jorginho Mello, Nilson Gonçalves, Rogério Mendonça e Francisco de Assis, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Aberto os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Senhor Presidente mencionou a presença das seguintes autoridades: Os Senhores Egon José Schramann - Reitor da Furb; Silvestre Heerd - Reitor da Unisul - Tubarão; Edson C. Rodrigues - Reitor da Unesc - Criciúma; Mário Bandeira e João Carlos Biezus - Reitor e Pró-Reitor da Universidade do Contestado - Caçador; Gilberto Luís Aguolin - Pró-Reitor da UNOESC - Chapecó; João Rosa Müller - Diretor-Presidente da UNC - Canoinhas; Adélia Massaro - Diretora de Planejamento da Secretaria da Educação; Simone Schramm - Secretária Adjunta da Secretaria da Educação; Salomão Mattos Sobrinho - Vice-Reitor UNIVALI campus Florianópolis; Ricardo Velho - Vice-Presidente da UCE/SC; Clonny Capistrano - UNIVALI campus de São José; Darci Laske - Secretário Executivo da ACAFE; Adriano de Souza - Presidente UCE/SC; Júlio Wiggers - Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação/SC; Fabiano Luz Neves - Vice-Presidente do DCE/Criciúma; Moacir Mondardo - Engenheiro Civil; Luiz Carlos Loskmann - Presidente da ACAFE/Reitor da UNOESC; Josimar Sehnem - Representante do Presidente da SINJUSC/Florianópolis; Heron Pontes - Representante da CAXIFE/UFSC; José Roberto de Oliveira - Vice-Presidente do Centro Acadêmico Livre de Administração; Jaime Pasqualini - Presidente da Fundação UNIDAVI/Rio do Sul; Evelise Welzel - Acadêmica da UFSC; Logo após, o senhor Presidente, fez pronunciamento enojando que a matéria produzida teria alvo de um debate em todos o estado. Após o pronunciamento agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 13 de abril de 1999.

Deputado Onofre S. Agostini - Presidente da CCJRL
Deputado Reno Caramori - Vice-Presidente
Deputado Herneus de Nadal - Membro
Deputado Ivan Ranzolin - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Nilson Gonçalves - Membro
Deputado Jaime Mantelli - Membro
Deputado Francisco de Assis - Membro
Deputado Rogério Mendonça - Membro

(Republicada por incorreção)

*** X X X ***

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às dez horas do dia vinte do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e nove, sob a Presidência do senhor Deputado ONOFRE S. AGOSTINI e presentes mais os senhores Deputados Reno Caramori, Herneus de Nadal, Ivan Ranzolin, Jaime Mantelli, Jorginho Mello, Nilson Gonçalves, Rogério Mendonça e, em substituição ao senhor Deputado Francisco de Assis, a senhora Deputada Ideli Salvatti, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente relatou a Medida Provisória n. 76/99, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei n. 052.6/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Rogério Mendonça relatou o Projeto de Lei n. 039.8/99, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão, foi cedido para vista a senhora Deputada Ideli Salvatti; o Projeto de Lei n. 046.3/99, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado Herneus de Nadal; o Projeto de Lei n. 056.7/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Herneus de Nadal relatou o Projeto de Lei n. 047.6/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Jorginho Mello relatou os Projetos de Lei n.ºs 011.9, 030.3 e 037.2/99, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O senhor Deputado Ivan Ranzolin relatou o Projeto de Lei n. 053.9/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Jaime Mantelli relatou o Projeto de Resolução n. 004.5/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei n. 060.4/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 20 de abril de 1999.

Deputado ONOFRE AGOSTINI - Presidente
Deputado RENO CARAMORI - Vice-Presidente
Deputado Herneus de Nadal - Membro
Deputado Ivan Ranzolin - Membro
Deputado Jaime Mantelli - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Nilson Gonçalves - Membro
Deputado Rogério Mendonça - Membro

(Republicada por incorreção)

*** X X X ***

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às dez horas do dia vinte e sete do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e nove, sob a Presidência do senhor Deputado Onofre S. Agostini e presentes mais os Senhores Deputados Reno Caramori, Herneus de Nadal, Ivan Ranzolin, Jaime Mantelli, Rogério Mendonça, Francisco de Assis e em substituição ao Senhor Deputado Nilson Gonçalves o Senhor Deputado Paulo Bornhausen, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Senhor Presidente, relatou a Medida Provisória n.º 076/99, exarando parecer favorável, com a rejeição da Emenda n.º 001/99, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Rogério Mendonça relatou o Projeto de Decreto Legislativo n.º 005.1/99, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei n.º 039.8/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei n.º 046.3/99, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão, cedido vista ao Senhor Deputado Paulo Bornhausen. O Senhor Deputado Ivan Ranzolin, relatou a Mensagem n.º 048/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Medida Provisória n.º 077/99, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado

por unanimidade; a Proposta de Emenda Constitucional nº 006.0/99, exarando parecer pela inadmissibilidade, que posto em discussão, foi cedido vista ao Senhor Deputado Francisco de Assis. **O Senhor Deputado Francisco de Assis**, relatou o Termo de Convênio nº 001.7/99, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 067.3/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 033.1/99, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 057.0/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido vista ao Senhor Deputado Paulo Bornhausen. Nada mais havendo a tratar o **Senhor Presidente** encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Souza, Secretário "ad hoc", lavei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 27 de abril de 1999

Deputado ONOFRE S. AGOSTINI - Presidente
Deputado RENO CARAMORI - Vice-Presidente
Deputado Herneus de Nadal - Membro
Deputado Ivan Ranzolin - Membro
Deputado Jaime Mantelli - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Nilson Gonçalves - Membro
Deputado Rogério Mendonça - Membro
Deputado Francisco de Assis - Membro

*** X X X ***

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª SESSÃO LEGISLATURA.

Às dez horas do dia quatro do mês de maio do ano de hum mil novecentos e noventa e nove, sob a Presidência do **Senhor Deputado Onofre S. Agostini** e presentes mais os senhores Deputados Reno Caramori, Herneus de Nadal, Ivan Ranzolin, Jorginho Mello, Nilson Gonçalves, Rogério Mendonça e Francisco de Assis, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. **O Senhor Presidente** passou a palavra ao **Senhor Deputado Francisco de Assis** que relatou o Projeto de Lei nº 045.0/99, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista ao Senhor Deputado Jorginho Mello. **O Senhor Deputado Reno Caramori** relatou o Projeto de Lei nº 020.6/99 em anexo o Projeto de Lei nº 012.1/99, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista ao Senhor Deputado Francisco de Assis. **O Senhor Deputado Jorginho Mello** relatou os Projetos de Lei nºs 019.0 e 054.1/99, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 044.8/99, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. **O Senhor Deputado Rogério Mendonça** relatou o Projeto de Lei nº 073.6/99, exarando parecer favorável que posto em discussão, foi cedido para vista ao Senhor Deputado Francisco de Assis. **O Senhor Deputado Ivan Ranzolin** relatou o Projeto de Lei nº 066.0/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Medida Provisória nº 077/99, exarando parecer favorável que posto em discussão foi cedido para vista ao Senhor Deputado Herneus de Nadal. **O Senhor Deputado Nilson Gonçalves** relatou o Projeto de Lei nº 055.4/99, exarando parecer pelo sobrestamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 069.0/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 04 de maio de 1999.

Deputado Onofre S. Agostini - Presidente da CCJRL
Deputado Reno Caramori - Vice-Presidente
Deputado Herneus de Nadal - Membro
Deputado Ivan Ranzolin - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Nilson Gonçalves - Membro
Deputado Jaime Mantelli - Membro
Deputado Francisco de Assis - Membro
Deputado Rogério Mendonça - Membro

*** X X X ***

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às dezoito horas do dia dez do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e nove, sob a **Presidência do Senhor Deputado Onofre S. Agostini** e presentes mais os senhores Deputados Reno Caramori, Herneus de Nadal, Ivan Ranzolin, Jaime Mantelli, Jorginho Mello, Nilson Gonçalves, Rogério Mendonça e Neodi Saretta, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. **O Senhor Presidente** relatou o Substitutivo Global referente as Propostas de Emendas Constitucionais nºs 02 e 03/99, que "Dá nova redação ao art. 170 da CE", exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, sendo a votação nominal; votaram contra ao substitutivo Global, os senhores Deputados Herneus de Nadal, Neodi Saretta e, o Senhor Deputado Ronaldo Benedet, em substituição ao Senhor Deputado Rogério Mendonça. A seguir, **o Senhor Presidente** passou a palavra **ao Senhor Deputado Herneus de Nadal** que relatou a Proposta de Emenda Constitucional nº 007/99, que posto em discussão, foi cedido para vista ao Senhor Deputado Neodi Saretta. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 12 de maio de 1999.

Deputado ONOFRE S. AGOSTINI - Presidente
Deputado RENO CARAMORI - Vice-Presidente
Deputado Herneus de Nadal - Membro
Deputado Ivan Ranzolin - Membro
Deputado Jaime Mantelli - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Nilson Gonçalves - Membro
Deputado Rogério Mendonça - Membro
Deputado Neodi Saretta - Membro

*** X X X ***

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às dez horas do dia onze do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e nove, sob a Presidência do **Senhor Deputado Onofre S. Agostini** e presentes mais os senhores Deputados Reno Caramori, Herneus de Nadal, Ivan Ranzolin, Jaime Mantelli, Jorginho Mello, Nilson Gonçalves, Rogério Mendonça e Francisco de Assis, reuniu-se a **Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis**. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. **O Presidente** passou a palavra ao **Senhor Deputado Rogério Mendonça** que relatou os Projetos de Lei nºs 073.6 e 076.4/99, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 064.5/99, exarando parecer favorável a diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Francisco de Assis** relatou o Projeto de Lei nº 072.3/99, exarando parecer favorável a diligência e, simultaneamente, foi fornecido para vista ao Senhor Deputado Reno Caramori, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei nºs 086.8 e 088.3/99, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **O Senhor Deputado Ivan Ranzolin** relatou o Projeto de Lei nº 050.0/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao Senhor Deputado Francisco de Assis; a Medida Provisória nº 077/99, exarando parecer favorável ao Substitutivo Global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria. **O Senhor Deputado Herneus de Nadal** relatou os Projetos de Lei nºs 075.1 e 080.1/99, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **O Senhor Deputado Reno Caramori** relatou os Projetos de Lei nºs 063.2/99 e 082.7/95, exarando pareceres pela diligência, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **O Senhor Deputado Jorginho Mello** relatou o Projeto de Lei nº 061.7/99, exarando parecer favorável ao Substitutivo Global, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Nilson Gonçalves** o Projeto de Lei nº 083.0/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Logo após, o Senhor Deputado

Francisco de Assis, solicitou via requerimento a realização de Audiência Pública, com o Tribunal de Justiça do Estado, a Associação Catarinense dos Magistrados, Ministério Público e OAB/SC, para promover o debate em torno do Projeto de Lei Complementar nº 002/98, que "cria Comarcas e Varas", de procedência do Tribunal de Justiça, que posto em discussão e votação, foi aprovado a Audiência Pública para o dia 25 deste mês, às 9 horas, e o senhor Deputado Ivan Ranzolin solicitou, também, Audiência Pública reunindo o Presidente da COHAB e o Superintendente da Caixa Econômica Federal - CEF, para debater "os contratos de Compra e Venda da Carteira Habitacional de clientes da COHAB/SC, celebrado entre este órgão e a Caixa Econômica Federal, e a questão da inadimplência, foi posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade a Audiência Pública para o dia 1º de junho deste ano A seguir o senhor Presidente convocou os senhores membros da Comissão, para reunião extraordinária, às 17 horas, para tratar das Propostas de Emendas Constitucionais nº 02 e 03/99. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente reunião, da qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 11 de maio de 1999.

Deputado ONOFRE S. AGOSTINI - Presidente da CCJRL
Deputado Reno Caramori - Vice-Presidente
Deputado Herneus de Nadal - Membro
Deputado Ivan Ranzolin - Membro
Deputado Jaime Mantelli - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Nilson Gonçalves - Membro
Deputado Rogério Mendonça - Membro
Deputado Francisco de Assis - Membro

*** X X X ***

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às dez horas do dia dezoito do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e nove, sob a Presidência do senhor Deputado Onofre S. Agostini e presentes mais os senhores Deputados Reno Caramori, Herneus de Nadal, Ivan Ranzolin, Jaime Mantelli, Jorginho Mello, Rogério Mendonça e Neodi Saretta, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente passou a palavra ao senhor Deputado Neodi Saretta, que relatou os Projetos de Lei nºs 057.0 e 099.0 e 107.6/99, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. O senhor Deputado Reno Caramori, relatou o Projeto de Lei nº 084.2/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 059.5/99, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Herneus de Nadal, relatou o Projeto de Lei nº 0100.7/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Proposta de Emenda Constitucional nº 007.3/99, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Ivan Ranzolin, relatou o Projeto de Lei nº 091.8/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado Neodi Saretta; o Projeto de Lei nº 089.6/99, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado Jaime Mantelli relatou o Projeto de Lei nº 068.6/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Resolução nº 007.3/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado Neodi Saretta. O senhor Deputado Rogério Mendonça, relatou o Projeto de Lei nº 046.3/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Logo após, o senhor Deputado Neodi Saretta manifestou voto/vista do senhor Deputado Francisco de Assis ao Projeto de Lei n. 050.0/99, prolatando pelo retorno da presente matéria à Comissão de Finanças e Tributação, e neste entremeio, o Presidente manifestou o recebimento do ofício da Comissão de Finanças e Tributação, ensejando que a pretensa matéria retornasse para as devidas correções, haja visto a alteração do orçamento regionalizado. Após, a manifestação do senhor Deputado Herneus de Nadal solicitou vista do Projeto de Lei, foi concedido o pedido de vista no prazo regimental. O senhor Presidente convocou os presentes para reunião conjunta com a Comissão de

Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa, para 2ª feira, dia 25 deste mês, às quatorze horas. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Ivon Monteiro de Sousa, Secretário "Ad Hoc", lavrei a presente ata, da qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 18 de maio de 1999

Deputado Onofre S. Agostini - Presidente da CCJRL
Deputado Reno Caramori - Vice-Presidente
Deputado Herneus de Nadal - Membro
Deputado Ivan Ranzolin - Membro
Deputado Jaime Mantelli - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Rogério Mendonça - Membro
Deputado Neodi Saretta - Membro

*** X X X ***

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às catorze horas do dia vinte e quatro do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e nove, sob a Presidência do senhor Deputado Onofre S. Agostini e presentes mais os senhores Deputados Reno Caramori, Herneus de Nadal, Ivan Ranzolin, Jaime Mantelli, Jorginho Mello, Rogério Mendonça e Neodi Saretta, reuniu-se conjuntamente com a Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia, na Presidência do Senhor Deputado Jaime Mantelli, a tratar dos Projetos de Decretos-Legislativos nºs 08 e 09/99. Tendo como convidados várias autoridades. Sendo: O senhor Deputado Leodegar Tiscoski - Secretário de Transportes e Obras; a demonstração de quadros comparativos da assinaturas dos contratos e publicação do Edital do Sistema Norte Edital nº 011/98 (não contratado 24 anos) e os Editais nºs 87/99 - Sistema Rodoviário de Brusque e o nº 01/98 - Sistema Rodoviário BR-470 - tendo os Contratos de Concessões nºs 166/98 e 167/98, através do técnico da secretaria. E, foi determinado ao DER a adoção de medidas corretivas em relação as irregularidades apontadas - Sistema Norte e BR-470 - Item 2.1 - impressão de redação.... convocação de remanescente, para comprovação de que dispõe de recursos próprios ou de....; Item da Reanálise 2.4 - Item 2.2 - não definição da localização das praças de pedágio...; Item da Reanálise 2.3 - Item 2.3 - não convocação da licitante para celebração do contrato no prazo de 60 dias.....; Item da Reanálise 2.5 - Item 2.4 - não comprovação dos custos efetivos das cópias do Edital....; Item da Reanálise B1 - Item 2.5 - utilização de fator subjetivo, com efeitos na habilitação das empresas, com base no par. 1º do art. 44, c/c inciso VII do art. 40 da Lei 8.666/93, item 11.1 da reanálise...; Item da reanálise B2 - Item 2.6 - não inclusão da determinação de ressarcimento dos custos do DER/SC, relativo às despesas vinculadas aos estudos,.....; Item da Reanálise B3 - Item 2.7 - prazo de publicação em 20 dias, em desacordo com; Item da Reanálise B6 - Item 2.8 - possibilidade de subconcessão, de acordo com.....; Item da Reanálise B7 - Item 2.9 - não determinação da forma como será feita a divulgação das informações da concessão.....; Item da Reanálise B8.1 - Item 2.10 - isenção do pagamento de pedágio para veículos não contemplados no artigo 14 da Lei 9.163/93,....; Item da Reanálise B9 - Item 2.11 - reajustamento da tarifa em desacordo com o artigo 12, parágrafo 1º da Lei 9.163/93...; e Item 2.12 - inclusão do item 3.2.5.4.2, do anexo II, do Edital, contrariando o artigo 40 da Lei 8.666/93...; Item da Reanálise B1%. A Senhora Deputada Ideli Salvatti indagou ao DER/ por que não foram feitas as correções nos editais, recomendando os três sistemas. Preocupando-se com a lisura das certidões. O Senhor Deputado Ciro Roza, com a palavra, manifestou-se que, com as declarações de alguns técnicos não há irregularidades nos Contratos, afirmando que dê continuidade ao processo de concessão. Após a pré-análise, a Presidência decidiu junto com os demais pares, um futura reunião para conclusão dos debates. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Ivon Monteiro de Sousa, Secretário, "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 24 de maio de 1999.

Deputado Onofre S. Agostini - Presidente
Deputado Reno Caramori - Vice-Presidente
Deputado Herneus de Nadal - Membro
Deputado Ivan Ranzolin - Membro
Deputado Jaime Mantelli - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Rogério Mendonça - Membro
Deputado Neodi Saretta - Membro

*** X X X ***

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e cinco do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e nove, sob a Presidência do **senhor Deputado Onofre Santo Agostini** e presentes mais os senhores Deputados **Reno Caramori**, **Herneus de Nadal**, **Ivan Ranzolin**, **Jaime Mantelli**, **Jorginho Mello**, **Nilson Gonçalves**, **Rogério Mendonça** e **Neodi Saretta**, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente passou a palavra ao senhor Deputado **Neodi Saretta**, solicitante da audiência pública, com os Presidentes do Tribunal de Justiça; da Ordem dos Advogados Secção de Santa Catarina; da Associação dos Magistrados de Santa Catarina, para o debate referente ao Projeto de Lei Complementar nº 002/98, que "cria varas e comarcas no Estado de Santa Catarina". O senhor Deputado **Neodi Saretta**, agradeceu a presença dos convidados e manifestou-se favoravelmente ao desarquivamento do processo, acima epigrafado, para que prossiga o debate no Parlamento, haja vista a grande necessidade que vêm enfrentando alguns municípios do Estado. Após, o senhor Presidente passou a palavra aos convidados presentes, seguindo a ordem: 1- o senhor **Dr. Marcos Aurélio Buzzi** - Presidente da Associação da Magistratura; **Jefferson Kravchynchyn** - Presidente da OAB/SC; **Dr. Luiz Ricardo Cavalcanti** - Presidente da Associação do Ministério Público; **Dr. Amauri** - Ex- Presidente da OAB/SC e, os senhores Deputados **Jaime Duarte**, **Nelson Goetten de Lima**, **Herneus de Nadal**, e os Prefeitos de **Catanduvas** e **Presidente Getúlio**. A seguir, após a intervenção de cada autoridade, houve a seguinte deliberação: "ficou constituída uma Comissão mista - composta pelas seguintes autoridades: **Dr. Marcos Aurélio Buzzi** - Presidente da Associação dos Magistrados; **Jefferson Kravchynchyn** - Presidente da OAB/SC; **Luiz Ricardo Cavalcanti** - Presidente da Associação do Ministério Público, **Serventário da Justiça**(representante), **Deputado Herneus de Nadal**, **Deputado Neodi Saretta**, **Deputado Ivan Ranzolin**, **Deputado Jaime Mantelli**, **Deputado Jaime Duarte**, **Deputado Onofre Santo Agostini**, e os Prefeitos de **Catanduvas** e de **Presidente Getúlio**, ficando o primeiro, responsável pela Comissão servindo de interlocutor das futuras reuniões a serem marcadas, principalmente, com referência ao Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para tratar da matéria que "cria Varas e Comarcas no Estado, quanto ao seu possível desarquivamento. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, **Ivon Monteiro de Sousa**, Secretário "ad hoc", lavrei a presente Ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1999

Deputado **Onofre Santo Agostini** - Presidente
Deputado **Reno Caramori** - Vice Presidente
Deputado **Herneus de Nadal** - Membro
Deputado **Ivan Ranzolin** - Membro
Deputado **Jaime Mantelli** - Membro
Deputado **Jorginho Mello** - Membro
Deputado **Nilson Gonçalves** - Membro
Deputado **Rogério Mendonça** - Membro
Deputado **Neodi Saretta** - Membro

*** X X X ***

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às dez horas do dia vinte e cinco do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e nove, sob a Presidência do **Senhor Deputado Onofre Santo Agostini**, e presentes mais os senhores Deputados **Reno Caramori**, **Herneus de Nadal**, **Ivan Ranzolin**, **Jaime Mantelli**, **Jorginho Mello**, **Nilson Gonçalves**, **Rogério Mendonça** e **Neodi Saretta**, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. **O Senhor Presidente** relatou o Ofício nº 006.5/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Nilson Gonçalves** relatou o Projeto de Lei nº 071.0/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 001.4/99, exarando parecer

favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Jorginho Mello** relatou os Projetos de Lei nºs 070.8 e 082.7/99, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 024.0/99, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Jaime Mantelli** relatou o Projeto de Lei 081.4/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Rogério Mendonça** relatou os Projetos de Leis nºs 085.5 e 094.6/99, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0106.3/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado **Neodi Saretta**. **O Senhor Deputado Reno Caramori** relatou os Projetos de Lei nºs 059.5 e 096.1/99, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 003.0/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Herneus de Nadal**, relatou os Projetos de Lei nºs 108.9 e 109.1/99, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. **O Senhor Deputado Neodi Saretta** relatou os Projetos de Lei nºs 079.2, 110.0 e 113.9/99, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; manifestou voto/vista favorável ao Projeto de Resolução nº 007.3/99, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado **Ivan Ranzolin**; o Projeto de Lei nº 116.7/99, exarando parecer pelo sobrestamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Resolução nº 011.0/99, exarando parecer pelo sobrestamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Ivan Ranzolin** relatou o Projeto de Lei 050.0/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Recurso nº 001/99, exarando parecer favorável pela decisão no Plenário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 004.2/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado **Herneus de Nadal**. Ainda foram aprovados por unanimidade às redações finais, os Projetos de Lei nºs 040.7 e 028/99. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, **Ivon Monteiro de Sousa**, Secretário "ad hoc", lavrei a presente Ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1999

Deputado **Onofre Santo Agostini** - Presidente da CCJRL
Deputado **Reno Caramori** - Vice Presidente
Deputado **Herneus de Nadal** - Membro
Deputado **Ivan Ranzolin** - Membro
Deputado **Jaime Mantelli** - Membro
Deputado **Jorginho Mello** - Membro
Deputado **Nilson Gonçalves** - Membro
Deputado **Rogério Mendonça** - Membro
Deputado **Neodi Saretta** - Membro

*** X X X ***

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.

Às dez horas do dia primeiro do mês de junho de um mil novecentos e noventa e nove, sob a **Presidência do Senhor Deputado Onofre S. Agostini** e presentes mais os Senhores Deputados **Reno Caramori**, **Herneus de Nadal**, **Ivan Ranzolin**, **Jaime Mantelli**, **Nilson Gonçalves**, **Rogério Mendonça**, **Neodi Saretta** e **João Rosa** substituindo o Deputado **Jorginho Mello**, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente passou a palavra ao **Senhor**

Deputado Ivan Ranzolin que relatou o Projeto de Lei nº 101.0/99, exarando parecer favorável pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 111.3/99, exarando parecer favorável pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Apresentou também, requerimento com o seguinte teor: "..., com fundamento nas disposições transcritas no artigo 22, inciso XIII do Regimento Interno desta Casa Legislativa, REQUER a Vossa Excelência, após a competente manifestação dos nobres membros desta Comissão, seja determinada a realização de Audiência Pública com a Diretoria da TELESC, tendo como assuntos de pauta: - 1) Aumento da alíquota das taxas cobradas; - Investimentos da empresa no Estado de Santa Catarina; - 2) Remanejamento da Diretoria ora estabelecida em Santa Catarina e para o Paraná e 3) Efeitos da Privatização. Neste sentido, expeça-se competente solicitação à Diretoria da TELESC para que esta indique representante e marque a data para comparecimento. Termos que pede Deferimento. Deputado Ivan Ranzolin, que foi colocado em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Logo após O Senhor Deputado Paulo Bornhausen, pela ordem, solicitou ainda, à Presidência que fosse citada também, Renato Navarro Guerreiro - digníssimo Presidente da ANATEL, solicitando cópia do Contrato e Edital - juntamente como acompanhamento atualizado das metas e expansão das referentes aos investimentos mês a mês e as suas Previsões ao empreendimento. O Senhor Deputado Ivan Ranzolin relatou ainda, o Ofício nº 036.6/99, exarando parecer favorável pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; e o Projeto de Lei nº 118.2/99, exarando parecer favorável à admissibilidade, que posto em discussão, foi cedido para vista, ao Senhor Deputado Neodi Saretta. O Senhor Deputado Jaime Mantelli relatou o Projeto de Lei nº 103.5/99, exarando parecer favorável pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; e o Projeto de Lei nº 102.2/99, exarando parecer favorável pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Neodi Saretta relatou o Projeto de Lei nº 123.2/99, exarando parecer favorável à admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 126.0/99, exarando parecer favorável à admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 336.3/95, exarando parecer favorável ao sobrestamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; e o Projeto de Lei Complementar nº 005.5/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Nilson Gonçalves relatou o Projeto de Lei nº 068.6/98, exarando parecer favorável pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista, ao Senhor Deputado Jaime Mantelli; o Projeto de Lei nº 241.9/98, exarando parecer favorável pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 384.6/98, exarando parecer favorável pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e Ofício nº 020.6/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Deputado Herneus de Nadal relatou o Projeto de Lei nº 127.3/99, exarando parecer favorável pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e, logo após, apresentou requerimento solicitando ao Presidente da Comissão, que tomasse as devidas providências quanto ao recurso da decisão da corte do colendo Tribunal Regional Eleitoral, na possibilidade de uma reconsideração ao que pese as condições de viabilidade de consulta plebiscitária, no Distrito de Santa Lúcia "Projeto de Resolução nº 009.9/98", no município de Palmitos. A seguir o senhor Presidente por decisão inquiriu prazo para estudos da viabilidade, da presente petição

reconciliadora, da decisão do TRE/SC. O Senhor Deputado Rogério Mendonça relatou o Projeto de Lei nº 117.0/99, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, da qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 01 de junho de 1999.

Deputado ONOFRE S. AGOSTINI - Presidente da CCJRL

Deputado Reno Caramori - Vice-Presidente

Deputado Herneus de Nadal - Membro

Deputado Ivan Ranzolin - Membro

Deputado Jaime Mantelli - Membro

Deputado Jorginho Mello - Membro

Deputado Nilson Gonçalves - Membro

Deputado Rogério Mendonça - Membro

Deputado Neodi Saretta - Membro

*** X X X ***

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA 14ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa

Às quatorze horas e vinte minutos, do dia dez, do mês de maio do ano de hum mil, novecentos e noventa e nove, reuniram-se os Senhores Deputados(a): **JAIME MANTELLI** - Presidente, **VALMIR COMIN** - Vice-Presidente, **CLÉSIO SALVARO** e **GELSON SORGATO** como membros.

Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por abertos os trabalhos da Comissão, colocando em discussão e votação da Ata da quinta Reunião ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente, Deputado JAIME MANTELLI, falou aos membros presentes sobre o Relatório mensal referente ao trâmite dos Projetos na Comissão por Deputado, relativo ao mês de maio, que foram entregues a cada Deputado. Continuando o Senhor Presidente, passou aos expedientes da Comissão, onde passou a ler o ofício número 057/99 do Gabinete do Senhor Deputado Altair Guidi, justificando a sua ausência nesta Reunião por compromissos inadiáveis no mesmo horário. Ficando desta forma justificada a ausência do Senhor Deputado Altair Guidi. Dando continuidade aos trabalhos, O Senhor Presidente, Deputado Jaime Mantelli, aproveitando as denúncias do Senhor Deputado Nelson Goetten de Lima, sobre obras inacabadas de sua região, disse no Plenário que a Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa estava a disposição de todos os Senhores Deputados desta Casa Legislativa, para qualquer tipo de denúncias e averiguações. O Senhor Deputado Gelson Sorgato sugeriu que fosse averiguado junto às Câmaras de Vereadores, Prefeituras, as obras a nível Estadual e Federal e solicitação de informações junto à Secretaria da Fazenda sobre os convênios realizados e quais os municípios que possuem convênios pendentes. E o Senhor Deputado Clésio Salvaro, pedindo um aparte solicitou ao Senhor Presidente, que fosse feito um pedido de informações quanto à prestação de contas das Universidades e também sugeriu que a Comissão promovesse uma Audiência Pública com os Reitores das Fundações Universitárias, em relação aos repasses de recursos públicos. E o Senhor Presidente, Deputado Jaime Mantelli disse que tinha três propostas: a primeira solicitando Pedido de Informações ao Senhor Secretário de Estado da Administração, sobre a relação de convênios realizados entre o Governo do Estado de Santa Catarina e os municípios para a aquisição de equipamentos e realização de obras nos últimos cinco anos, com a respectiva data e cronograma de liberação de parcelas. Continuando o Senhor Presidente disse que segunda proposta se refere ao Pedido de Informações à Senhora Secretária de Estado da Educação, quanto à relação de todas as verbas repassadas às Fundações Educacionais do Estado de Santa Catarina, nos últimos cinco anos, com a respectiva data e cronograma de liberação de parcelas. E disse o Senhor Presidente que a terceira proposta seria o Pedido de Informações ao Senhor

Deputado Gervásio José da Silva, Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, que remeta a relação de convênios realizados com o Estado de Santa Catarina e municípios catarinenses para aquisição de equipamentos e realização de obras, nos últimos cinco anos. Ato contínuo o Senhor Presidente colocou em discussão e votação estas três propostas. Aprovado por unanimidade. Solicitou que a Secretaria da Comissão tomasse as devidas providências. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Reunião, agradecendo a presença de todos os senhores deputados e convocando outra para a próxima segunda-feira, às quatorze horas. Para constar, eu, Itamar Pires Pacheco, Secretário da Comissão, lavrei a presente ATA, que após lida, achada correta e votada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

Sala das Comissões, em 10 de maio de 1999.

Deputado JAIME MANTELLI - Presidente
Deputado VALMIR COMIN - Vice-Presidente
Deputado CLÉSIO SALVARO - Membro
Deputado GELSON SORGATO - Membro

CIENTES:

Deputada IDELI SALVATTI - Membro
Deputado ALTAIR GUIDI - Membro
*** X X X ***

PORTARIAS

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 337/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **VANEO NIEHUES**, matrícula nº 1585, ocupante do cargo de Técnico em Serviços Gráficos, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 24/05/99.

PORTARIA Nº 338/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **RITA DE CASSIA COSTA**, matrícula nº 1483, ocupante do cargo de Taquígrafo I, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 06/06/99.

PORTARIA Nº 339/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar) a **SANDRA REGINA GUIMARÃES**, matrícula nº 2109, ocupante do cargo de Programador, código PL/ATM-8-C, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 07 (sete) dias, a partir de 31/05/99.

Palácio Barriga Verde, em 02/06/99

NAZARILDO TANCREDO KNABBEN

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 340/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MONICA MACHADO MEYER**, matrícula nº 1892, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 05 (cinco) dias, a partir de 24/05/99.

PORTARIA Nº 341/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **JOSÉ PAULO PREDEBOM**, matrícula nº 0912, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-G, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 25/05/99.

PORTARIA Nº 342/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **RITA DE CASSIA COSTA**, matrícula nº 1483, ocupante do cargo de Taquígrafo I, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 22/05/99.

Palácio Barriga Verde, em 02/06/99

NAZARILDO TANCREDO KNABBEN

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 343/99

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de conformidade com o art. 154, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

CONSTITUIR Comissão de Sindicância, formada pelos servidores ALDO LUIZ GARCIA, matrícula n. 1094 - Técnico Legislativo; LAURI SILVA DO HERVAL, matrícula n. 2005 - Administrador e; ADRIANA LAUTH GUALBERTO, matrícula n. 0775 - Datilógrafa, todos do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 30 (trinta) dias, apurar os fatos narrados no ofício n. 048, datado de 17/05/99, subscrito pela Diretora da Divisão de Imprensa.

Palácio Barriga Verde, em 02/06/99

NAZARILDO TANCREDO KNABBEN

Diretor

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 136/99

Dispõe sobre a presença de acompanhante nas internações nos hospitais da rede pública e conveniada do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Os hospitais públicos ou conveniados do Estado de Santa Catarina deverão proporcionar meios que permitam a presença de acompanhante quando das internações hospitalares de:

I - menores de 18 (dezoito) anos, sem restrições e, em casos especiais, até 21 (vinte e um) anos, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - aos idosos, a partir de 60 (sessenta) anos.

§ 1º Entendem-se como meios que permitam a presença de acompanhante, a acomodação adequada e o fornecimento das principais refeições.

§ 2º A cada paciente será permitido apenas um acompanhante.

Art. 2º Ficam excetuadas da obrigatoriedade definida nesta Lei as internações em Unidade de Tratamento Intensivo - UTIs, ou nas situações clínicas em que tecnicamente esteja contra-indicada a presença de acompanhante, o que deverá ser formalmente justificado pelo médico assistente.

Art. 3º Incumbe à direção da unidade hospitalar o procedimento de autorização prévia da diária de acompanhante segundo orientação do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

DEPUTADO CESAR SOUZA

Lido no Expediente

Sessão de 02/06/99

JUSTIFICATIVA

A proposição que submetemos à consideração dos Senhores Deputados aborda questão que tem suscitado, pelas indefinições da Secretaria de Estado da Saúde, desconforto e problemas aos familiares de menores e de idosos quando submetidos a internações na rede hospitalar do Estado.

Na verdade, a presença de acompanhante consubstancia imprescindível apoio ao tratamento médico que se dispensa a qualquer pessoa internada para tratamento hospitalar. Em situações tais, todos os que dispõem de mais recursos financeiros ou que podem optar por acomodação especial, utilizam a prerrogativa para apoiar o familiar internado e, desta forma, ajudá-lo em sua recuperação.

Supõe-se que o SUS, até mesmo pela carência de recursos financeiros do Sistema, não suportaria o encargo de acomodar acompanhantes em todos os casos de internação hospitalar.

Não obstante, situações mais específicas, notadamente as decorrentes da fragilidade emocional do paciente - menor ou idoso -, exigem o deferimento de acomodação de acompanhante.

Aliás, a distinção em favor dos menores e idosos é preconizada com objetividade no Estatuto da Criança e do Adolescente e, em termos, na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que "dispõe sobre a Política Nacional do Idoso".

Nessa linha, o Ministério da Saúde, considerando que menores e idosos com quadro de agravos à saúde, que necessitem de cuidados terapêuticos em nível hospitalar, apresentam melhoria na qualidade de vida quando da presença de familiar, tem determinado a concessão do direito a acompanhante.

Também, as normas que regem o sistema Único de Saúde - SUS, além de prever a acomodação de acompanhante em situações especiais, autorizam a cobrança das despesas decorrentes, o que favorece as instituições hospitalares integradas ao sistema na medida em que estas podem se ressarcir das despesas que forem realizadas sob tal condição.

Por estas razões e por entender que o Estado deve assumir esse compromisso com a sua gente, pedimos a aprovação do presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 137/99

Estabelece normas para a criação de novos presídios no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica estabelecido que as penitenciárias criadas no Estado a partir desta Lei, sejam em regime de labor, sendo este conforme a atividade econômica predominante da região onde se instalar.

Art. 2º Serão mantidos os presídios existentes para abrigar os detentos/apenados considerados de alta periculosidade.

Art. 3º A edificação do presídio deverá ser fora do perímetro urbano para que não ofereça risco à população.

Art. 4º O Executivo terá 90 (noventa) dias para regulamentar esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1999.

Deputado JORGINHO MELLO

Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente

Sessão de 02/06/99

JUSTIFICATIVA

Amparado no Art. 24, inciso I da Constituição Federal, apresento o referido projeto entendendo ser da máxima urgência esta matéria, e com certeza um anseio da sociedade catarinense.

O objetivo do sistema penal é recuperar o delinqüente para o convívio social. Na prática, o que se observa é exatamente o contrário. O preso, após cumprir a pena, terá pago um preço tão alto que, além de se sentir quites, isto vai gerar sentimento de ódio, vingança e agressividade, jogando-o novamente contra a sociedade.

Hoje o próprio sistema penal é que "cria o delinqüente", à medida que todo o processo e o encarceramento acabam produzindo um estigma no condenado. A pessoa atingida, devido ao preconceito, passa a perceber o seu "eu" conforme a imagem que lhe é imposta, ou seja, marginalizada.

Dito isto, urge a necessidade de que exista dentro das penitenciárias, trabalho, atividades a serem desenvolvidas pelos detentos, para que estes, ocupados, estejam ao mesmo tempo exercitando sua capacidade profissional, e contribuindo para o seu sustento enquanto detento, que hoje é bancado exclusivamente pelo Estado.

O trabalho no campo é o mais indicado para ambas as partes, no tocante a penitenciária. Esta estará em local apropriado não oferecendo risco à população, e com certeza o trabalho desenvolvido com a terra será de grande valia para a terapia não só ocupacional, quanto psicológica do detento. Quanto ao detento, este se sentirá útil, exercitando sua capacidade

profissional, tornando possível a função do sistema, que é de recuperar o detento para sua reintegração na sociedade.

Quando menciona-se o regime de labor conforme a atividade econômica predominante da região, sugere-se:

Uma penitenciária a ser instalada na região do Alto Vale, esta deverá ocupar os presos com atividades relacionadas a indústria têxtil, onde as indústrias do ramo poderão doar às penitenciárias equipamentos que não atendam mais suas necessidades para a montagem da oficina. No caso de uma penitenciária a ser instalada na Região Sul do Estado, teria oficinas relacionadas a indústria cerâmica e pesca. Sendo assim, instala-se a penitenciária de acordo com a atividade econômica predominante de cada região.

O executivo deverá determinar benefícios a nível de incentivo para as empresas que se dispuserem a contribuir com a montagem das referidas oficinas. O judiciário deverá estabelecer incentivo ao detento no sentido de para cada dia trabalhado determinar - em dias - a redução da pena.

O custo justifica o benefício, pois o detento uma vez produzindo, estará mais próximo de reintegrar-se à sociedade. Muitas vezes a desocupação e ociosidade é que levam o detento a desviar sua atenção para rebeliões e auto-destruição, pois ele não desperta para mais nada de bom, a não ser, alimentar a vingança para quando sair do cárcere. Desenvolvendo uma atividade profissional, estará contribuindo para seu sustento enquanto detento e o produto de seu trabalho servirá de recurso para a manutenção dos presídios que hoje estão em estado de calamidade por falta de recursos do Estado.

Quando se menciona no Art. 2º deste projeto, que deverão se manter os presídios existentes, é claro que somos sabedores que esta Lei não se aplica a todos os detentos, existem os casos de detentos de alta periculosidade que não poderão ser agraciados com esta condição de presídio.

A realidade nos mostra que a condição dos presídios hoje instalados não propiciam a recuperação do detento, que a falta de perspectiva e a ociosidade o leva simplesmente a condição de marginal, condenando-o mesmo após o cumprimento da pena, à uma condição discriminatória pela sociedade. Não existe reeducação ou incentivo ao trabalho e ao aperfeiçoamento. O ser humano mesmo quando condenado por um delito, não se desqualifica como cidadão, muitas vezes este precisa apenas de uma chance para melhorar. Com certeza o trabalho é o melhor caminho para a valorização do ser.

Como parlamentares, devemos estar atentos às causas inerentes ao ser humano. Não podemos permitir que os detentos, - que apesar dos delitos cometidos não deixem de ser cidadãos -, cumpram suas penas em locais que não ofereçam condições de recuperação e continuam a estimular cada vez mais a violência.

Na certeza de que os nobres colegas comungam com a matéria, submeto este projeto à apreciação, contando com a aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 014/99

Autoriza a realização de plebiscito no município de São Lourenço do Oeste

Art. 1º - Fica autorizado o município de São Lourenço do Oeste a realizar consulta plebiscitária à sua população para que esta se manifeste favoravelmente ou não à supressão "do Oeste" do nome oficial do município.

Art. 2º - Caberá ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina regulamentar a realização desta consulta plebiscitária e fixar-lhe a data.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 01 de junho de 1999.

Deputado Onofre Santo Agostini

Deputado Ivan Ranzolin

*** X X X ***